



CONTAGEM REGRESSIVA O STF REPELE AS MENTIRAS BOLSONARISTAS E ACEITA A DENÚNCIA CONTRA O EX-PRESIDENTE E SEUS COMPARSAS

EDUCAÇÃO O AVAL ÀS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NAS ESCOLAS PAULISTAS ABRE A PORTEIRA PARA A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO

CartaCapital

CartaCapital

20
ANOS



cartacapital.com.br

ANC XXX Nº 1355
R\$ 21,00
2 DE ABRIL DE 2025



basset
editora

O DUELO DOS PASTORES

COBIÇA, INVEJA E OUTROS PECADOS CAPITAIS NA
DISPUTA DE PODER NA BANCADA EVANGÉLICA



FENAE COM ELAS

No mês da mulher, a **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae)** fortalece a luta pela vida de todas.

Reforçamos o nosso compromisso com o **Feminicídio Zero** e a promoção dos **direitos humanos** das mulheres.

A violência baseada em gênero
não pode ser tolerada.
Denuncie, ligue 180!



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Aponte a câmera do seu celular
para o QR Code e conheça mais
sobre as nossas iniciativas.

Um dos pioneiros da internet no Brasil, empresário desenvolve espelho virtual para o varejo fashion. Pág. 34



6 A SEMANA
9 FRED MELO PAIVA

Seu País

16 8 DE JANEIRO O STF torna Bolsonaro réu por tentativa de golpe

20 MARJORIE MARONA

21 PEDRO SERRANO

22 SÃO PAULO Com aval do STF, Tarcísio avança na privatização das escolas

25 RENATO MEIRELLES

26 ENERGIA O Piauí abriga o maior projeto de hidrogênio e amônia verdes do mundo

28 MST Produção recorde de arroz prova a viabilidade da produção agroecológica

Capa: Pilar Velloso.
Fotos: iStockphoto e Felipe Sampaio/STF/AFP

Economia

30 POLÍTICA MONETÁRIA Os movimentos do dólar e da inflação sugerem o começo do fim do sufoco

34 PROTAGONISTA Marcos Moraes lança a *startup* Doris e atrai a atenção de gigantes da IA

36 ENTREVISTA Os ricos, mal tributados, devem pagar a conta da isenção de IR, diz Dario Durigan, da Fazenda

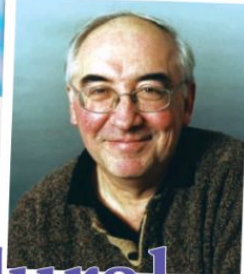
39 ADALBERTO VIVIANI

40 ANÁLISE Nas mídias, a enésima temporada da série sobre a construção do dólar como moeda de reserva

Nosso Mundo

42 EUA Trump persegue juízes, censura livros, pressiona universidades e tenta silenciar os críticos

46 UCRÂNIA A suspensão de ataques à energia é regra da Convenção de Genebra



Plural

48 A SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

CHRISTIAN LAVAL AVENTURA-SE PELA FICÇÃO PARA INVENTAR UM MARX QUE FOI VIVER COM UM POVO ORIGINÁRIO DOS EUA

51 LIVRO A vida de uma mulher comum
52 MÚSICA Eric Clapton, 80 anos 54 CINEMA *Oeste Outra Vez* expõe a fragilidade dos homens brutos 56 AFONSIÑO 57 SAÚDE Por Arthur Chioro 58 CHARGE Por Venes Caitano

10

REINO CINDIDO
COM O OCASO DE BOLSONARO, AS
DIVISÕES NO UNIVERSO EVANGÉLICO
AFLORAM E LULA TEM A CHANCE
DE BUSCAR UMA REAPROXIMAÇÃO

basst

editoria

EDITORIA BASST LTDA. Rua da Consolação, 861, 10º andar,
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone: (11) 3474-0150

PUBLISHER: Mariana Carta

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAL: Mariana Carta da Silva

GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Melo

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

NOVOS PROJETOS: Demétrio Santos

ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abad

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

ANALISTA DE MARKETING: Luciana Cabral Quinto Carlos

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Ed Case Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fabio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

RIO DE JANEIRO: Eric Santiago, (21) 2506-8888/2245-8888,

email: gestedadnegocios.com.br

BAHIA/PELSE: Carol C. Comunicação, (71) 3025-2670 - Carlos Cheto,

(71) 9617-8900/Luz Faria, (71) 9617-6815, email: carol@carol.com.br

CEP/MAIRIM: Adinda Comunicação, (85) 3224-2267,

aghiolinda@aghiolinda.com.br

MG: Marcelo André Nogueira, (51) 99983-2981, marceloandrenogueira@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comar@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S.

Rua Amélia de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010

www.actualsp.com.br, Telefone: (11) 3871-0508

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basst Ltda. CartaCapital não se

responsabiliza pelos conteúdos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não

constarem de expediente não têm autorização para falar em nome da CartaCapital ou

para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel

timbrado assinada por qualquer pessoa que esteja de expediente. Registro nº 178.584,

de 23/8/94, modificação pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de

acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: São Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto

Verificador de

Comunicação

ANER

Associação

CARTAS CAPITALIS



ENCONTRO COM A JUSTIÇA

A fuga é uma marca registrada da família Bolsonaro. Seus integrantes passam o tempo tentando golpear as instituições, nunca assumem a responsabilidade por seus atos e sempre buscam escapar das consequências. O mais recente exemplo é o do deputado Eduardo, que fugiu aos prantos para os EUA, abandonando o mandato que, erroneamente, lhe foi concedido pelo povo de São Paulo. **Sylvio Belém**

SACODE A POEIRA

Será que o PT finalmente dará a devida importância às redes sociais, não apenas como ferramenta de divulgação governamental, mas também como termômetro dos ânimos da população? Se ainda não o fez, seria recomendável que o ministro Sidônio Palmeira lesse a obra de Jürgen Habermas, pensador alemão fundamental para a compreensão do fenômeno das fake news. Não basta apenas divulgar boas notícias, é preciso combater as mentiras que circulam no WhatsApp. **Cesar Augusto Hulsendenger**

LIBERDADE SELETIVA

Os bolsonaristas não vivem dizendo que o Brasil é uma ditadura que viola a liberdade de expressão? O que dizer, então, desta reportagem sobre a prisão de um palestino, residente nos EUA e portador de um green card, ameaçado de deportação por se manifestar publicamente contra o mas-

sacre promovido por Israel na Faixa de Gaza? Onde está a liberdade de expressão tão exaltada pela direita patriótica brasileira, sempre disposta a aplaudir as invasões promovidas pelos EUA em nome da "democracia"?

Jair Alberto de Araújo

DUPLO DESGASTE

O que o governo de extrema-direita sionista está fazendo com a população palestina é de uma crueldade atroz. A desumanidade quase não tem paralelo na história mundial contemporânea, mas a mídia não trata do assunto. Silêncio. Esses assassinos não podem ficar impunes. Em pleno Ramadã, mais de 500 mortos desde a interrupção do cessar-fogo. Não é possível a comunidade internacional calar-se. É o extermínio televisado de um povo. Crianças vaguem sangrando sobre destroços. O que o governo de Israel está fazendo não poderá jamais ser esquecido. Até a população israelense começa a se levantar contra Netanyahu. **Pedro Luís Vargas Viegas**

CASSETETE NA DEMOCRACIA

Javier Milei escancara sua face autoritária: desrespeita a lei, atropela o Congresso e reprime violentamente as manifestações. Sedento de recursos do FMI, sacrifica a democracia e o bem-estar do povo argentino. A nomeação, por decreto, de um membro para a Suprema Corte representa mais um ataque à independência do Judiciário. Milei não combate a casta, ele a personifica. **Katia Saisi**

ERRATA:

O nome do gestor do Parque Estadual de Vila Velha, no Paraná, foi grafado incorretamente na reportagem "Potencial inexplorado" (Ed. 1354). O correto é **Leandro Ribas**, e não **Leonardo**, como saiu no texto. Pedimos desculpas ao entrevistado pela confusão. A versão publicada no site de CartaCapital já foi corrigida.

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>

De segunda a sexta, das 9 às 18 horas - exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Brasil no topo das secas mais severas

Um estudo publicado na revista *Science* revela que as megassecas – períodos de estiagem com duração mínima de dois anos – tornaram-se cada vez mais frequentes e devastadoras nas últimas quatro décadas. A pesquisa analisou 13 mil eventos desse tipo entre 1980 e 2018, e o Brasil apareceu duas vezes entre os dez casos mais severos. A seca na Amazônia Sul-Occidental, entre 2010 e 2018, foi classificada como a sétima mais intensa do mundo. À época, comunidades ribeirinhas ficaram isoladas devido ao ressecamento dos rios, enquanto a floresta tornou-se ainda mais vulnerável a incêndios – os focos de queimadas aumentaram 30%. Já a crise hídrica que assolou o Sudeste entre 2014 e 2017 ocupa a nona posição no ranking. O Sistema Cantareira operou em níveis críticos, e a região mais populosa do País enfrentou um drástico racionamento de água.

Justiça/ Solidão na queda

STF forma maioria para condenar e cassar Carla Zambelli

“É muito peso para as minhas costas”, desabafou Carla Zambelli na terça-feira 25, em entrevista ao *blog* de Andréia Sadi, da GloboNews. Naquele momento, o Supremo Tribunal Federal já havia formado maioria para condenar a deputada federal do PL pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal. No entanto, a parlamentar se referia a outro julgamento, aparentemente mais doloroso para ela. O que realmente pesava sobre seus ombros era a acusação feita, no dia anterior, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que a responsabilizou pela derrota eleitoral de 2022.

De certa forma, ambos os julgamentos estão ligados ao mesmo episódio. Em 29 de outubro de 2022, véspera do segundo turno das eleições, Zambelli perseguiu um homem negro pelas ruas com uma pistola nas mãos, após uma discussão política no bairro dos Jardins, em São Paulo. Um segurança da deputada chegou a disparar e foi preso pela

Polícia Civil. Embora tivesse porte de arma, Zambelli não poderia tê-la manuseado em público, colocando em risco a vida de transeuntes. Além disso, a legislação proíbe o transporte de armas nas 48 horas que antecedem o pleito nas proximidades de um colégio eleitoral – e havia um nas imediações.

Os vídeos da patética perseguição protagonizada pela parlamentar – talvez uma desequilibrada admiradora de séries policiais – rapidamente viralizaram nas redes sociais. Ainda assim, é um contrassenso atribuir exclusivamente a esse episódio os mais de 2,1 milhões de votos de vantagem que garantiram a vitória de Lula na corrida presidencial. Como de hábito, Bolsonaro tenta responsabilizar terceiros pelo próprio fracasso e abandona outra denodada combatente pelo caminho. Mas Zambelli deveria estar mais preocupada com o outro julgamento – aquele que pode selar seu destino.

Mesmo após o ministro Kássio Nunes Marques, indicado por Bolsonaro ao Supremo, ter pedido vista do processo, os colegas Dias Toffoli e Cristiano Zanin anteciparam seus votos, formando maioria para a condenação: seis a zero. Agora, a deputada precisa que algum magistrado reveja sua posição até a devolução dos autos, no prazo de até 90 dias. Virtualmente, ela já está condenada a uma pena de cinco anos e três meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, além da perda do mandato.



A deputada – oh, surpresa! – foi abandonada por Bolsonaro

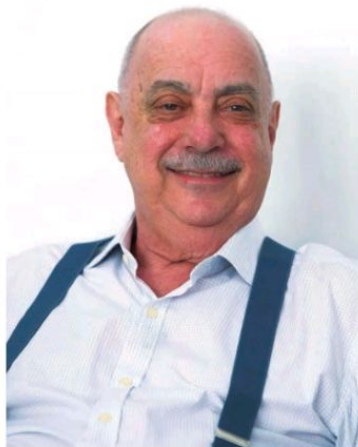
Memória/ Luto mineiro

Fuad Noman, prefeito reeleito de Belo Horizonte, morre aos 77 anos

O prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), morreu na quarta-feira 26, aos 77 anos, em decorrência de complicações de um linfoma não-Hodgkin. Ele estava internado no Hospital Mater Dei desde 3 de janeiro, quando deu entrada com um quadro de insuficiência respiratória aguda.

Noman sofreu uma parada cardiorrespiratória e chegou a ser reanimado, mas seu estado evoluiu para um choque cardiogênico, condição em que o coração não consegue bombear sangue para o pulmão e o restante do corpo. O prefeito iniciou o tratamento contra o câncer em julho do ano passado, enquanto ainda estava em pré-campanha para a reeleição. “Ele dedicou o que tinha de vida para essa realização. Não tenho dúvida de que privou parte da própria saúde, mas era um homem realizado”, afirmou o oncologista Enaldo Melo de Lima, ao comunicar o falecimento.

Economista e servidor de carreira do Banco Central, Noman ocupou cargos na Casa



Noman disputou a eleição de 2024 em meio ao tratamento contra um câncer

Civil da Presidência da República durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e foi secretário em administrações de Minas Gerais, nas gestões de Aécio Neves e Antonio Anastasia. Assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte em 2022, após a saída de Alexandre Kalil, que disputou o governo estadual e acabou derrotado por Romeu Zema.

Acordo bilionário

O presidente Lula anunciou, na quarta-feira, 26, um acordo entre a Embraer e a companhia aérea japonesa All Nippon Airways para a compra de 20 jatos E-190. O negócio, estimado em cerca de 10 bilhões de reais, prevê a entrega inicial de 15 unidades, com a possibilidade de aquisição de mais cinco. O anúncio foi feito durante a participação de Lula no Fórum Empresarial Brasil-Japão, em Tóquio. Na ocasião, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou ainda o avanço nas negociações para que o setor aéreo japonês adote o Combustível Sustentável de Aviação (SAF). Segundo o Planalto, o Brasil possui ampla expertise no tema.

NBD/ COMBINADO COM OS RUSSOS

REELEITA, DILMA ROUSSEFF COMANDARÁ O BANCO DOS BRICS POR MAIS 5 ANOS

Por unanimidade, a ex-presidente Dilma Rousseff foi reeleita para comandar o Novo Banco de Desenvolvimento. Com sede em Xangai, na China, o Banco dos BRICS, como é conhecido, foi criado em 2014 e financia projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Desde sua criação, o NBD aprovou o equivalente a 39 bilhões de dólares para financiar 120

projetos nos países do grupo.

De acordo com a regra de rotatividade, caberia à Rússia indicar o novo presidente da instituição financeira. No entanto, o presidente Vladimir Putin defendeu a extensão do mandato de Dilma ainda no ano passado, argumentando que as restrições impostas ao seu país devido à guerra na Ucrânia poderiam comprometer a atuação de um dirigente russo

à frente do Banco dos BRICS.

O mandato tem duração de cinco anos. Dilma assumiu o comando da instituição na metade do período, após ser escolhida por Lula para substituir o economista Marcos Troyjo, indicado por Jair Bolsonaro. Um dos fundadores dos BRICS, o Brasil detém 19% das cotas do NBD, a maior participação do País em bancos de desenvolvimento multilaterais.



A extensão do mandato de Dilma recebeu o aval de Vladimir Putin

A Semana

Francisco recebe alta hospitalar

Depois de 38 dias de internação, o Papa Francisco recebeu alta no domingo 23. Antes de deixar o Hospital Universitário Gemelli, em Roma, o pontífice apareceu na sacada do seu quarto para saudar os fiéis que oravam pela sua recuperação. Aos 88 anos, Francisco foi internado com uma infecção respiratória grave, diagnosticada como pneumonia bilateral. Durante sua estada, ele passou por tratamento intensivo, com ventilação mecânica não invasiva e oxigenoterapia de alto fluxo. Agora, em recuperação no Vaticano, o líder religioso seguirá em repouso por dois meses e precisará de tratamentos de fisioterapia respiratória e exercícios de fala – sua voz ficou alterada após o prolongado uso de aparelhos para auxiliar na respiração.

Cisjordânia/ Pogrom sionista

Cineasta palestino vencedor do Oscar é espancado por colonos e sequestrado por soldados israelenses

Os moradores palestinos de Susya, na Cisjordânia, haviam acabado de encerrar o jejum diário do Ramadã quando dezenas de colonos judeus invadiram o vilarejo armados com porretes, facas e até um rifle M16. Escortado por soldados israelenses, o bando se dirigiu à casa de Hamdan Ballal, co-diretor de *No Other Land – Sem Chão*, na versão distribuída no Brasil – vencedor do Oscar de Melhor Documentário. Lá, os colonos começaram a atirar pedras contra a residência e o carro do cineasta, que foi espancado antes de ser entregue aos militares. A vítima, e não os agressores, foi levada sob custódia.

O relato é de cinco ativistas judeus americanos do Center for Jewish Nonviolence (CJNV) ouvidos pelo diário britânico *The Guardian*. Diversos vídeos divulgados pela organização confirmam a veracidade do relato. O ataque ocorreu na noite de segunda-feira



Os ataques se intensificaram após a premiação em Hollywood

24. Somente na tarde do dia seguinte, Ballal e outros dois palestinos foram liberados de uma delegacia de polícia em Kiryat Arba, após passarem a noite vendados, no chão.

As Forças de Defesa de Israel alegam que os três palestinos foram detidos por arremessar pedras contra os soldados que chegaram para conter o distúrbio. A versão é refutada pelos ativistas do CJNV, que também foram alvo da fúria dos colonos: tiveram seus carros depredados ao registrar o ataque. “A polícia estava lá desde o começo e não interveio”, afirmou Basel Adra, outro diretor de *No Other Land*. “Enquanto os soldados apon-tavam suas armas para nós, os colonos atacavam as casas de palestinos.”

Turquia/ Opositor ENCARCERADO

ERDOGAN É ALVO DE PROTESTOS APÓS A PRISÃO DE PREFEITO DE ISTAMBUL

A prisão do prefeito de Istambul, Ekrem Imamoglu, desencadeou uma gigantesca onda de protestos na Turquia. Desde quarta-feira 19, a polícia prendeu mais de 1,1 mil manifestantes, além de jornalistas que cobriam os atos. Muitos desses profissionais foram detidos em suas próprias casas, denunciou a ONG Repórteres Sem Fronteiras. Acusado de fraudar licitações e

aceitar subornos, Imamoglu é o principal opositor do presidente turco Recep Tayyip Erdogan, no cargo desde 2014.

O prefeito de Istambul também é acusado de colaborar com o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), organização classificada como terrorista por Ancara, mas a Justiça referendou sua prisão apenas no caso relacionado às acusações de corrupção. Ele

assumiu a prefeitura da capital econômica da Turquia em 2019, tirando do poder o AKP, partido de Erdogan. O resultado das eleições foi considerado uma derrota humilhante para o presidente, que governou a cidade nos anos 1990. Desde então, Imamoglu enfrenta uma avalanche de processos judiciais que, segundo seus apoiadores, visam apenas retirá-lo do jogo político.



Mais de 1,1 mil manifestantes foram presos pela polícia turca



Diário de um Banana

► No 'exílio', Bananinha é forte candidato a Napoleão

OLÁ! ESTAS SÃO AS NOTÍCIAS DO HOSPIÇO! Um compêndio do que aconteceu de mais psicodélico na política brasileira nesta última semana. Os registros mais importantes do nosso diário de bordo enquanto viajamos na maionese! Os fatos que comprovam a completa obsolescência dos fatos, e o inequívoco triunfo do bostear sobre a realidade. Contra fatos não há argumentos!

Veja o caso de Bananinha. Foi-se o Bananinha, em fuga. Mas não havia contra ele nenhuma acusação formal, nenhum processo que pudesse torná-lo réu de coisa alguma, nenhuma perseguição em curso, nem sequer uma casca de banana fora lançada na direção deste que é rico em imóveis e potássio. Se há um inimigo declarado de Bananinha é tão somente aquela mina que assim o apelidou, em razão, segundo ela, de interesses menores. Bananinha é, pois, Piu-Piu sem Fra-jola, podemos dizer.

Desde 2018, estou infiltrado em dois grandes grupos bolsonaristas no WhatsApp, frutos da tentativa de se criar o "partido do Bolsonaro", o Aliança Brasil. Com acesso a esse hospício, produzi, na ocasião, duas reportagens para *CartaCapital*. Depois virei um *voyeur* nessa suruba de Hitler com Valdemar da Costa Neto, Chupetinha com Israel, general Benjamin Arrola e Padre Kelvin.

Já vi de tudo nesse zoológico, um desfile frenético de pequenas e grandes maldades: assaltos, assassinatos, atropela-

mentos, sacrifício de cachorro. De vez em quando me boto a falar impropérios, atacando a esmo meus companheiros bolsominions. "Não é possível, um cão escalpelado! Seus monstros!" Para disfarçar, me encho do ódio mais repulsivo, e arreganho os dentes como um Allan dos Santos.

Entre esse pessoal, a realidade foi posta no pau de arara e deve ser torturada sem nenhuma piedade. Motivo pelo qual Bananinha imediatamente tornou-se um perseguido político obrigado a exilar-se no exterior.

E o abrigo dos refugiados? Sim, ESPOSA DE BANANINHA GRAVA TOUR PELAS CASA ONDE A FAMÍLIA SE ENCONTRA – ou se perde, dado o tamanho do imóvel. "Esse espaço é a sala de jogos. Olha isso! Quem tem filho adolescente vai pirar", viaja a *influencer*, que em seguida flana por uma sala cujo pé-direito seria mais correto classificar como perna-direita. "Essa casa é IN-CRÍVEL! Quando as crianças chegaram, a euforia era tanta, que eu nem consegui gravar!" Ok, mas aguardamos os novos capítulos do DIÁRIO DE UM BANANA.

"Seria mais confortável ficar quieto, recebendo um excelente salário e fingindo defender os paulistas e meus irmãos brasileiros do que enfrentar esse sistema covarde e desumano", descascou Bananinha em vídeo sobre sua fuga. "Mas eu não aceitei esse chamado para ter conforto e comodidade." Não há vácuo no poder, e assim Bananinha se coloca como candidato a Napoleão do Hospício. YES, NÓS TEMOS BANANA – pode mandar fazer o boné.

E ATENÇÃO! EDITORIAL. Notícias do Hospício lamenta a partida de Bananinha, que deixa uma enorme lacuna em nossa seleção de pautas. Sua con-

tribuição nas rachadinhas ainda haverá de ter o justo reconhecimento da história. Aproveitamos para abraçar toda a *família*, que seguirá iluminando os caminhos do sanatório geral. Mesmo que, para papai, a luz passe a nascer quadrada.

A propósito, enquanto registro a fuga de Piu-Piu, transcorre no STF o julgamento que pode tornar réu o banana que importa. Grande dia! Oito da manhã já pode começar a beber? Tudo bem, um frasco de Limpol e já vou abrir o espumante. Nada como a lida na pia suja enquanto o Gonet destrincha o golpe preparado por Didi, Dedé, Mussum e Zacarias, frustrado pelo comandante do Exército de Brancalione.

Um olho na *influencer* e outro no Xandão, de repente o algoritmo me mostra Bozo e Tarcísio em um *podcast* chamado... Inteligência Ltda.! Não é possível. Igual o Brasil Paralelo, o nome-fantasia que rasga a fantasia e nos conduz diretamente ao universo paralelo onde vivem os bolsominions de inteligência limitada. Mais um pouco e tá lá o Bozo de novo: "Fui um aborto da natureza". Se é assim, somos contra o aborto!

E ATENÇÃO PARA AS NOTÍCIAS DE SANTA CATARINA, onde o NH mantém sua única cursal. RENAN CHORAAO DISCURSAR SOBRE BANANINHA. "Foi duro ler o discurso dele na *timeline*. Foi duro ver meu pai naquele estado", disse o zero à esquerda na tribuna da Câmara. "Se acham que vão me calar, estão muito enganados. Eu vou continuar incomodando o sistema de Balneário Camboriú, talquei? E a cobra vai fumar agora." O sistema de Balneário Camboriú, pessoal. A cobra, pelo visto, fumou foi uma tora.

That's all, folks! Voltamos a qualquer momento com novas informações. • redacao@cartacapital.com.br

REINO CINDIDO

COM BOLSONARO NO BANCO DOS RÉUS,
AS DIVISÕES NO UNIVERSO EVANGÉLICO
AFLORAM, E LULA TEM A OPORTUNIDADE
DE BUSCAR UMA REAPROXIMAÇÃO

por MAURÍCIO THUSWOHL

O caso de Jair Bolsonaro tem causado fissuras em diversos pilares do que se convencionou chamar de bolsonarismo. Com o ex-capitão no banco dos réus, são perceptíveis sinais de debandada em setores de sua base ideológica, como os militares e o agronegócio. Essas divisões parecem ser, contudo, particularmente profundas no segmento que, até pouco tempo, tinha a aparência de um monólito impenetrável: os evangélicos conservadores.

Divididas quanto à aproximação com o governo Lula, rachadas na eleição para a liderança da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e com algumas de suas lideranças populares se engalfinhando publicamente sobre a anistia aos golpistas do 8 de Janeiro, as principais denominações do setor começam a realinhar suas tropas e discursos, cientes de que continuarão sendo um importante e disputado ativo político nas próximas eleições presidenciais. Segundo um levantamento da consultoria Mar Asset Management, com base em dados do IBGE e da Recei-

ta Federal, os evangélicos representarão 35,8% da população brasileira em 2026.

O pavor de perder a ascendência política sobre a maior parte desse contingente tem tirado do sério o pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e um dos mais ferrenhos “homens de fé” a integrar as fileiras bolsonaristas. Após apostar suas fichas e fracassar terrivelmente na organização do ato de Bolsonaro na orla de Copacabana – ele prometia 1 milhão de pessoas e compareceram 18,3 mil, segundo pesquisadores da USP – Malafaia partiu para o ataque contra aqueles evangélicos que estariam virando as costas para o “Mito”. O alvo na última semana foi o deputado Marcos Pereira, presidente do Republicanos e bispo

licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus. Após afirmar em entrevista que o debate sobre a anistia é “sensível” e sua discussão “não deveria acontecer agora”, Pereira foi chamado de “cretino” pelo pastor nas redes sociais: “Não é de hoje que ele faz o jogo do governo Lula e quer agradecer o Supremo Tribunal Federal”.

Diante de tamanha injúria, Pereira comparou Malafaia a um histórico religioso com grande influência política: “É uma espécie de Rasputin tupiniquim. Chega a espumar pela boca em suas manifestações cheias de cólera. Ele precisa parar de induzir à guerra”. O afastamento entre as duas igrejas aconteceu nas eleições de 2014 após o líder da Assembleia de Deus anunciar que não votaria no hoje deputado federal Marcelo Crivella, então candidato a governador do Rio de Janeiro e, segundo Malafaia, um “pau-mandado de Edir Macedo”, fundador da Universal.

Nas últimas eleições municipais, Malafaia declarou apoio à reeleição do prefeito Eduardo Paes, do PSD. O gesto desagradou Bolsonaro, que apoiou o deputado Alexandre Ramagem, do PL, um dos indicados pelo STF por participar da tra-

**A ANISTIA PARA
OS GOLPISTAS É UM
DOS TEMAS QUE
PROVOCAM
DIVERGÊNCIAS**



ma golpista que incluía os assassinatos do presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin, além de Alexandre de Moraes, ministro do Supremo. Se o pastor tem trajetória errática, o movimento simultâneo da Universal e do Republicanos, que ocupa o Ministério dos Portos e Aeroportos com Silvio Costa Filho, é calculado, pois parte da bancada do partido deseja seguir com Lula em 2026. Para isso, espera colher os dividendos políticos da aprovação da PEC, de autoria de Crivella, que amplia isenções tributárias para templos e igrejas e pode ser votada em abril, segundo o presidente da Câmara, Hugo Motta, também integrante do partido.

Motta fez uma reunião com Crivella e

Malafaia cobra fidelidade ao capitão. Pela primeira vez, a disputa na Frente Parlamentar Evangélica foi resolvida no voto. O moderado Otoni de Paula foi derrotado pelo bolsonarista Gilberto Nascimento



com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, para acelerar o processo. A construção da relação do governo com a presidência da Câmara é vista por ambos os lados como uma potencial aproximação entre Lula e o Republicanos. Já a Universal, que nas eleições de 2022 publicou em seus jornais que “cristão não vota na esquerda”, agora modulou o discurso e afirma que seus fiéis “não podem ser nem de esquerda nem de direita”.

Oracha na cúpula evangélica marcou também a eleição para a liderança da Frente Parlamentar Evangélica, vencida pelo deputado Gilberto Nascimento, do PSD, ligado a outra grande denominação, a Assembleia de Deus de Madureira (ADM). Na votação realizada em fevereiro, a igreja se dividiu entre o vencedor e o deputado Otoni de Paula, do MDB, que conquistou um terço dos votos dos 178 deputados e senadores votantes. De Paula ganhou protagonismo desde que, em um movimento apoiado pelo líder da ADM, pastor Abner Ferreira, apoiou no ano passado a candidatura de Paes à Prefeitura do Rio: “Não sou bol-

PARA 48% DOS EVANGÉLICOS, O GOVERNO LULA É RUIM OU PÉSSIMO

sonarista nem lulista, sou um homem de diálogo. A frente tem bandeiras definidas, mas nossos partidos vão do PL ao PSOL, então é preciso equilíbrio”, afirma o deputado emedebista, dando o novo tom de parte da FPE no Congresso Nacional.

Nascimento é delegado da Polícia Civil e foi um dos fundadores da Frente em 2003. Para chegar à liderança pela primeira vez, teve o apoio de Malafaia e de outros nomes de peso dentro e fora do Congresso, como o pastor Robson Rodovalho, líder da igreja Sara Nossa Terra, e o deputado Sóstenes Cavalcante, líder do PL na Câmara. Procurado por *CartaCapital* para falar sobre as divisões na FPE e a possibilidade de aproximação com o governo Lula, Nascimento não respondeu até o fechamento desta edição. Já Otoni de Paula promete seguir com seu

“trabalho de distensão” do setor, mesmo após a derrota: “Quiseram dizer ao eleitor evangélico que quem vota de um lado do espectro político vota em Deus e quem vota no outro lado vota no diabo. Isso não existe, a igreja não tem lado político”.

Deputado federal pelo PSOL, o pastor Henrique Vieira afirma que o embate público revela que o setor evangélico da sociedade não é um bloco monolítico e que o bolsonarismo enfrenta desgaste: “Mesmo dentro da FPE há diferenças políticas. Existe uma ala mais à direita e até extremista, mas também há um setor que, mesmo conservador, topa algum nível de diálogo com o governo e tem senso democrático. A própria frente não dá conta da pluralidade que existe no campo evangélico”. Vieira diz que a disputa se faz necessária: “Ódio, violência, preconceito, intolerância, produção da mentira em massa, tudo isso tão vinculado à extrema-direita, é incompatível com a natureza do evangelho. Há uma disputa de valores que precisa ser feita em torno de democracia, cidadania, respeito à cultura de paz, à autonomia das igrejas e à liberdade de consciência, expressão e voto de cada irmão e irmã”.

Coordenadora do Laboratório de Estudos em Política, Arte e Religião da Universidade Federal Fluminense, Christina Vital observa que a FPE é integrada por religiosos de diferentes denominações e partidos e que o potencial de fissura sempre esteve latente: “A Frente teve dois presidentes em um só ano para tentar acomodar suas correntes internas, até que a mais recente disputa pela liderança deu o que falar. Ficou claro que ela não é constituída só por religiosos interessados em resgatar valores ameaçados na sociedade, como gostam de dizer, mas também por um grupo de políticos interessados na defesa de suas empresas e partidos e na renovação de seus mandatos”. Evidentemente, emenda a especialista, “há os que se dedicam ao resgate moral ou à justiça social, mas estes não têm poder interno”.

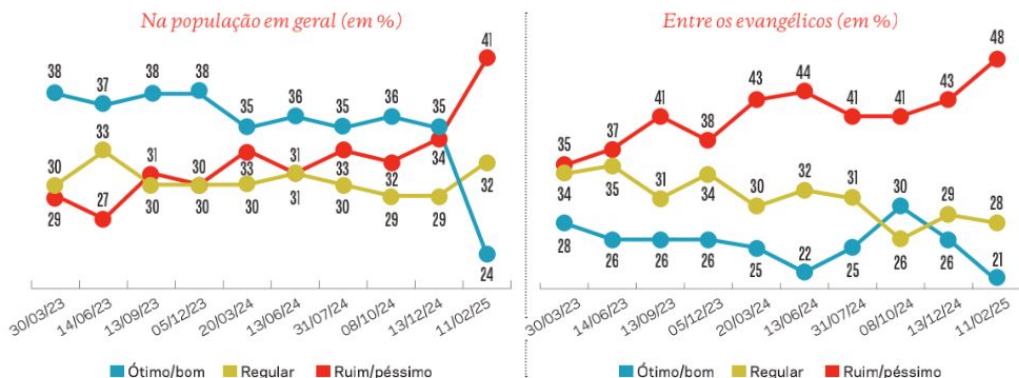
Para o pastor Arioaldo Ramos, uma



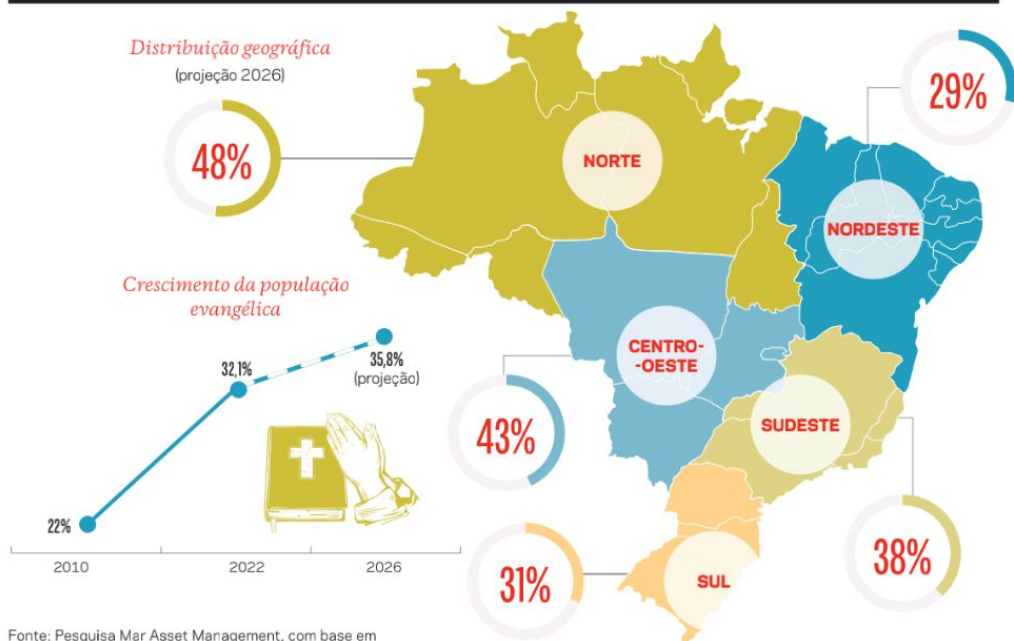
O presidente deve focar nos fiéis, e não nos líderes de grandes templos, avaliam especialistas

REBANHO EM DISPUTA

AVALIAÇÃO DO GOVERNO



Fonte: Datafolha



Fonte: Pesquisa Mar Asset Management, com base em uma proxy com dados do IBGE e da Receita Federal

das mais importantes lideranças do setor evangélico progressista, a aparente coesão da cúpula conservadora sempre foi circunstancial: “Eles sempre se engalfinharam pelo poder, para ver quem dava o tom na bancada, nunca tiveram a coesão que vendiam, sempre houve muito problema de bastidor. Com a presença hegemônica da extrema-direita, essa coesão apareceu, mas de forma oportunista”, diz o coordenador da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito. Também integrante do grupo, Valéria Zacarias ressalta que o discurso monolítico não era real: “O bolsonarismo criou essa narrativa e todos embarcaram. O universo evangélico é fragmentado, múltiplo, plural, sem a figura de uma liderança única ou central. Criar esse discurso monolítico favoreceu o grupo antidemocrático que vê na política um instrumento de poder controlador”.

A jornalista avalia que o campo progressista não percebeu a armadilha e se deixou distanciar dos evangélicos. “É extremamente necessário ter a compreensão desse trânsito religioso brasileiro, porque cada vez mais pessoas se declaram evangélicas no País. Ainda que o número de fiéis não tenha ultrapassado o de católicos, temos uma cultura influenciada pelas massas periféricas que se reconhecem dentro do pentecostalismo ou das religiões tradicionais evangélicas.” Zacarias acrescenta que a esquerda “vem perdendo a cada dia” a capacidade de dialogar com este segmento da sociedade: “A grande questão é como dialogar com essa cultura nacional que, de fato, é evangélica. É preciso compreender o movimento e inserir valores que são muito caros para nós, como a própria democracia, a participação social, o envolvimento, a tolerância, o respeito”.

No governo Lula, conquistar os evangélicos é uma obra em progresso. Uma pesquisa do Datafolha divulgada antes do Carnaval mostrou que 48% dos evangélicos consideram a gestão do petista



Crivella saiu em defesa de Marcos Pereira após Malafaia insultar o presidente do Republicanos, partido ligado à Igreja Universal do Reino de Deus

ruim ou péssima, enquanto na população em geral essa percepção atinge 41% dos entrevistados. Nas eleições de 2022, Lula teve 31% dos votos válidos no segmento, mesmo patamar obtido por Fernando Haddad quando foi candidato à Presidência quatro anos antes. A rejeição ao PT, explica Christina Vital, teria começado com Dilma Rousseff: “O contexto político dos primeiros governos petistas não era de valorização central dos atores evangélicos porque as questões sociais e econômicas se impunham na agenda. No início do primeiro mandato de Dil-

ma, o ovo da serpente se apresentou no episódio de suspensão do material didático do MEC de combate à homofobia. Isso escalou até o governo Bolsonaro, que empoderou política e economicamente o segmento e seus parlamentares de modo antes nunca visto em nossa República”.

Para quem prefere enxergar o copo parcialmente cheio, 21% dos evangélicos dizem considerar o desempenho de Lula bom ou ótimo. É esse filão que o governo pretende explorar: “Essa não é uma simples tarefa, mas vem sendo realizada com muito compromisso, entendendo o governo que grande parte das pessoas, principalmente mulheres negras atendidas pelos programas sociais, são ligadas às igrejas evangélicas ou assistidas por elas”, afirma a deputada federal Benedita da Silva, que é evangélica e uma das principais interlocutoras do PT com o setor. A parlamentar diz que o presidente faz “um movimento contínuo de aproximação” iniciado em seu primeiro ano de governo através do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, que articula com as igrejas a ampliação do trabalho feito por elas nos territórios através de ações sociais: “Nesse contexto, o diálogo é ampliado,

**O GOVERNO
NEGOCIA UMA
NOVA RODADA
DE ISENÇÕES
TRIBUTÁRIAS
PARA IGREJAS**



P. HENRIQUE V.



Progressistas, o deputado Henrique Vieira e o advogado-geral da União, Jorge Messias, facilitam o diálogo com o mundo evangélico

além das conversas com as principais lideranças, sempre entendendo o papel que as igrejas cumprem hoje no Brasil”.

Para Ariovaldo Ramos, não houve nesses dois anos e três meses de governo uma aproximação significativa com o setor: “As tentativas foram aparentemente infrutíferas. Primeiro, porque dentro da esquerda evangélica também não há essa coesão imaginada. Além disso, os partidos que estão no poder acreditaram que seu contingente evangélico interno seria suficiente para fazer essa ponte, mas isso não aconteceu”. Outro petista escalado por Lula para fazer o meio-campo entre o governo e os evangélicos é o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, para quem o governo tem conseguido avanços importantes sem fazer alarde: “Tudo está sendo feito com cuidado, não há um movimento artificial para conseguir 2 ou 3 pontos percentuais a mais nas pesquisas. A ideia não é tirar Bolsonaro do púlpito e colocar Lula, e sim estabelecer um diálogo com o setor”.

Na segunda-feira 24, o presidente em exercício do PT, Humberto Costa, se reuniu com integrantes do Núcleo de Evangélicos do partido para fazer um balan-

ço da aproximação com o setor. “Queremos aprofundar a relação do PT com aqueles que organizam suas bases comunitárias”, disse o senador. Em seu relato, o coordenador da setorial, Gutierrez Barbosa, mostrou que ainda há muito por fazer: “É preciso estabelecer um canal de diálogo mais fino, no sentido da formação política e dos processos de comunicação que precisam ser aprimorados”.

Com a reforma ministerial, Lula tem a oportunidade de nomear um ministro evangélico mais diretamente ligado às igrejas, o que facilitaria o trabalho de aproximação. “Há evangélicos renomados de esquerda e alinhados ao governo que podem ser levados à categoria ministerial. Certamente, isso mexerá com os fiéis, porque eles cultivam o desejo de serem reconhecidos na sociedade como protagonistas e parceiros na construção da Nação. Bolsonaro conseguiu fazer de forma eficiente os evangélicos se sentirem parte do governo. Se Lula tiver essa possibilidade, é um pas-

so significativo”, diz o pastor Ariovaldo.

A expectativa entre os parlamentares evangélicos de esquerda é grande. Henrique Vieira diz que o governo Lula “pode fazer mais e melhor” para enfrentar o extremismo de direita na base evangélica. “O diálogo tem que ser travado com a base, que é popular e majoritariamente periférica. O governo não pode ser refém nem da FPE nem das grandes lideranças, mas estabelecer canais diretos de relação, animando pautas como justiça social e fazendo também uma disputa de valores”. Já Benedita da Silva diz que a exposição pública das disputas entre os principais líderes conservadores do setor faz com que a sociedade evangélica “amplie a compreensão sobre esse grupo e seu comportamento”, o que também pode acarretar uma mudança do entendimento político do setor sobre o País em um futuro próximo.

Para os especialistas, o território para a ação de convencimento político está colocado, basta ocupá-lo. Valéria Zacarias diz ser preciso pensar estrategicamente em maneiras de alcançar todo o universo evangélico. “Há espaço para discutir com os mais diversos grupos de fiéis, de jovens, mulheres, mulheres negras”, enumera. Christina Vital ressaltou o movimento crescente de líderes evangélicos sem igreja e que tem milhões de seguidores na internet: “Isso torna ainda mais precária a relação desses antigos coroneis da fé com a base religiosa”.

Experiente, Ariovaldo Ramos afirma que uma estratégia de aproximação bem-sucedida forçosamente terá de passar por uma compreensão por parte do governo de que os evangélicos constituíram uma nova cultura, um novo jeito de ser. “É gente com vernáculo próprio, com categorias de pensamento exclusivas e o governo não conseguiu achar o caminho para essa comunicação mais efetiva. Conversar com os evangélicos demanda investimento em promover meios de diálogo, mas o governo também não conseguiu fazer isso.” •



Os golpistas estão nus

JUSTIÇA Ao converter Bolsonaro e associados em réus, o STF expõe as vísceras da trama que queria instituir uma ditadura

POR ANDRÉ BARROCAL

Vem aí mais um ignóbil aniversário do golpe militar reverenciado por Jair Bolsonaro e muitos de seus fiéis. Um regime inaugurado sem cadáveres. “No dia 1º de abril de 1964 também não morreu ninguém. Mas centenas e milhares morreram depois”, lembrou Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento que converteu em réus Bolsonaro, cinco militares e dois delegados por tentativa de golpe de Estado. Pouco antes, a colega de Corte Cármen Lúcia havia citado um livro lançado no ano passado pela historiadora mineira Heloisa Starling.

A Máquina do Golpe sustenta que a ditadura instaurada em 1964 resultou de duas décadas de rumações. “Não se faz golpe num dia”, afirmou a magistrada.

A acusação pela qual Bolsonaro é réu compõe-se de vários capítulos. O primeiro é de 29 de julho de 2021 e o último, de 8 de janeiro de 2023. Não houve mortes dois anos atrás em Brasília, como não tinha havido em 1964. Já violência... Marcela da Silva Pinno, policial militar de serviço naquele dia, teve o capacete arrebatado por uma barra de ferro, como descreveu em uma CPI do Congresso em 2023. Um trecho de seu de-

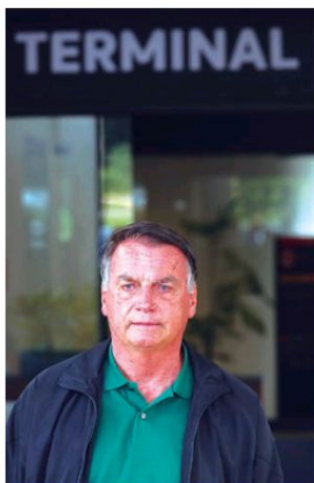
poimento à comissão parlamentar integra um vídeo de cinco minutos exibido no Supremo na quarta-feira 26 com um apanhado de atos violentos praticados por bolsonaristas no 8 de Janeiro. O vídeo foi idealizado pelo juiz Alexandre de Moraes, relator do processo contra o ex-presidente. Para o togado, é importante enfrentar um fenômeno descrito na academia como “viés de positividade”. Este consiste em romantizar memórias. “Isso não é violência?”, perguntou ele, enquanto as imagens eram exibidas.

Bolsonaro reclamou do vídeo, por não constar dos autos. Segundo Moraes, os códigos Penal e de Processo Penal admi-



tem o uso de fatos notórios em um julgamento. O capitão poderia tê-lo visto *in loco*, mas sua coragem esgotara-se. A Primeira Turma do STF, de cinco magistrados, levou dois dias para examinar a denúncia contra o capitão e seus comparsas proposta pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. Na terça-feira 25 (três horas pela manhã, três à tarde) e no dia seguinte (três horas matinais). De surpresa, o ex-presidente tinha ido ao tribunal na terça, aparente demonstração de valentia que durou 24 horas. No dia seguinte, preferiu acompanhar a sessão no aconchego do gabinete de Flávio, o filho senador. No tribunal, sentara-se na primeira fila da sala. Perto, estavam dois familiares de vítimas da ditadura que ele enaltece. Hildegard Angel, irmã de Stuart Angel, estudante assassinado em 1971, e Ivo Herzog, filho de Vladimir Herzog, jornalista “suicidado” em 1975.

Nenhum fardado daquele regime assassino prestou contas à Justiça. Agora, Bolsonaro, os generais Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e Walter Braga Netto, o almirante Almir Garnier e o tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid serão julga-



dos, ao lado dos delegados federais Alexandre Ramagem e Anderson Torres. O octeto integra o que Gonet chama de “núcleo crucial” do golpe. Os cabeças, na falta de um termo melhor. O procurador-geral apresentou denúncias contra mais quatro “núcleos”, compostos ao todo por 26 conspiradores, dos quais 19 das Forças

Primeira Turma. Fux divergiu em certos pontos, mas acompanhou os demais. Por unanimidade, os magistrados acataram a denúncia. Ao contestar a decisão, o ex-presidente voltou a se enrolar

Armadas. Todos os nomeados, assinala Gonet, pertenciam a uma organização criminosa “com forte influência de setores militares” e “liderada” pelo ex-presidente. Três núcleos já têm data para saber se virarão réus: 9 e 30 de abril e 7 de maio.

Nesses julgamentos, o STF decide se a denúncia da Procuradoria reúne elementos suficientes para dar continuidade ao processo. No caso do “núcleo crucial”, a Primeira Turma entendeu que sim, por unanimidade (5 a 0). O ilícito principal estava no vídeo de Moraes. Diz o artigo 359-M, do Código Penal: é crime “tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído”. Em 8 de janeiro de 2023, havia faixas a clamar por uma intervenção militar. A invasão do Supremo e do Congresso caracteriza ainda o crime do artigo 359-L: “Ten-

tar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais”. “Vamos entrar e tomar o que é nosso, vamos entrar e tomar o poder”, afirmava um manifestante no vídeo.

A Procuradoria selou 532 acordos para encerrar processos contra insurrectos. Estes confessaram que o objetivo era conseguir a intervenção militar. “Golpe tem povo, mas tem tropa, tem armas e tem liderança. Um ano, dois anos de investigação, não descobriram quem porventura seria esse líder”, disse Bolsonaro na porta do Senado, após se tornar réu, em pronunciamento no qual se declarou perseguido e voltou a atacar as urnas eletrônicas.

O golpe de 1964 não teve liderança única. O início da derrubada de João Goulart deu-se com o deslocamento de tropas de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, então capital do País. À frente, o general Olímpio Mourão Filho, mas o ditador seria o marechal Humberto Castelo Branco. Outro general Mourão, o senador Hamilton, ex-vice de Bolsonaro, escreveu no ano passado, no aniversário do regime: “A Nação se salvou de si mesma”. Agora, ataca (e ameaça) o STF por fazer de Bolsonaro réu: “Se o povo constatar cabalmente que a lei tem lado e a Carta Magna é ignorada, pois não protege a todos, não sabemos o que pode acontecer”.

O capitão também não quer ser responsabilizado pelas destruições patrimoniais superiores a 20 milhões de reais causados por seus partidários em Brasília. Seu octeto é réu por dano ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado, além de quadrilha, tentativa de golpe e de abolição do Estado de Direito. “Destruição, eu?”, disse o capitão, ao ressaltar que estava nos Estados Unidos desde 30 de dezembro de 2022. “Não necessariamente o acusado tenha que ter estado no dia 8 de janeiro, mas se ele concorreu para que es-



se evento tivesse ocorrido, ele responde nos termos da lei. Não adianta a pessoa dizer que não estava no 8 de Janeiro, se ela participou de uma série de atos que culminaram com esse evento”, afirmou o juiz Cristiano Zanin no julgamento, ao lembrar o chamado “concurso de pessoas”. Pelo artigo 29 do Código Penal, “quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade”.

Com a abertura de ação penal, o Supremo agora verificará o que Bolsonaro e os demais réus fizeram para inspirar ou provocar o 8 de Janeiro, se há provas e qual a punição cabível para tais condutas. Haverá depoimentos, perícias e todas as medidas previstas em um processo sob uma democracia. Ou seja, os gol-





Delírio continuado. Os vândalos do 8 de Janeiro não eram “velhinhas com bíblias na mão”. Eduardo, o fujão, busca formas de atazanar a vida de Moraes

pistas terão o amparo das leis que pretendiam abolir. Em Brasília, as apostas são de que o desfecho virá ainda em 2025.

Na denúncia da Procuradoria, a tentativa de golpe começa em julho de 2021, com uma *live* de Bolsonaro realizada com o intuito de minar a confiança popular nas urnas e na Justiça Eleitoral. Depois, houve uma reunião ministerial em julho de 2022 de teor golpista (o que fazer para impedir ou reverter a derrota na eleição), o evento com embaixadores estrangeiros para anunciar ao mundo o “roubo”

Resta a Bolsonaro torcer por uma anistia aprovada no Congresso

no pleito, a preparação do decreto para anular o resultado das urnas e intervir no Tribunal Superior Eleitoral, os acampamentos na porta de quartéis e a pressão sobre as Forças Armadas. O capítulo final foi o 8 de janeiro de 2023.

O voto que preparou o caminho da ação penal e teve endosso unânime no STF foi arrasador até para o único juiz que fez alguns reparos ao caso e mostrou certa boa vontade com linhas de defesa dos acusados. Em 1h50, Moraes rebateu um a um os argumentos expostos na véspera pelos advogados dos réus, um total também de 1h50 de sustentações orais. “O ministro Alexandre (de Moraes) não deixou pedra sobre pedra”, afirmou Luiz Fux, que considera necessário a Corte repensar o tamanho das penas aplicadas pelos crimes do 8 de Janeiro e quer participar do interrogatório do delator Mauro Cid. O Supremo condenou até agora 497 baderneiros pelo 8 de Janeiro. Do total, 249 (cerca de metade) tiveram penas de até três anos, 146 pegaram de 11 a 14 anos e 102, acima de 16 anos. São 68% de homens e 32% de mulheres. Os idosos, 8%. Os dados foram compilados por Moraes. O bolsonarismo quer convencer a opinião pública de que “velhinhas de bíblia na mão” e mães de família têm sido sentenciadas, e com mão pesada. O símbolo da campanha é a cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos. Ela pichou a frase “perdeu, mané” numa estátua em frente ao STF. Começou a ser julgada e há dois votos para puni-la com 14 anos de prisão. Fux pediu vistas, o que adiou a conclusão. Neste caso, ele parece propenso a levantar a discus-

são de revisão da dosimetria das penas.

Quanto à delação de Cid, a anulação foi requerida por Bolsonaro e Braga Netto. Os advogados da dupla dizem que o tenente-coronel mentiu. Cid prestou nove depoimentos na delação. O último, em novembro de 2024, serviu para explicar por que havia escondido informações. A omissão quase lhe custou o cancelamento do acordo. A colaboração não o livra da ação penal, ele também se tornou réu. Caberá à Corte decidir, no processo, o benefício que ele merece. O delator pediu pena máxima de dois anos e que sua família não seja processada. Ao aceitar a denúncia contra Bolsonaro, Cid e cia., o STF rejeitou por unanimidade a anulação.

Com a vida difícil perante a lei, Bolsonaro apela à política. Insiste na ideia de o Congresso aprovar anistia a golpista. Após a manifestação esvaziada no Rio de Janeiro em 16 de março, convocou apoiadores para outra, em 6 de abril, em São Paulo. Na mesma Avenida Paulista ocorrerá em 30 de março um ato de propósito oposto: sem anistia. A eventual vitória de um aliado na eleição presidencial de 2026 poderia ainda lhe garantir perdão. Foi o que Donald Trump fez em relação os golpistas norte-americanos que invadiram o Capitólio em 6 de janeiro de 2021. O capitão sonha ainda com um bote salva-vidas de Trump. Seu filho deputado, Eduardo, está em autoexílio nos EUA e promete infernizar a vida de Moraes. Elon Musk, dono do ex-Twitter e conselheiro de Trump, juntou-se à trincheira. No julgamento que tornou Bolsonaro réu, escreveu em sua rede social: “Alexandre de Moraes não tem bens nos EUA?”

“Nós sabemos que as milícias digitais continuam atuando, inclusive durante este julgamento (...), na tentativa de intimidar o Poder Judiciário”, comentou o magistrado. “Não perceberam que se até agora não intimidaram o Poder Judiciário, não vão. Seja com milícias digitais nacionais ou estrangeiras.”

MARJORIE MARONA

Professora do Departamento de Ciências Políticas da UFMG. É coautora de *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil*



O STF em movimento

► Como os grandes julgamentos moldam a Corte

Os julgamentos de grande repercussão conduzidos pelo Supremo Tribunal Federal nas últimas décadas não apenas moldaram o cenário político brasileiro. Também serviram como catalisadores para o aprimoramento institucional da Corte. A comparação entre os processos do Mensalão, da Lava Jato e da Trama Golpista evidencia a capacidade do Supremo de aprender com experiências passadas e implementar mudanças estratégicas, fundamentais para que o Judiciário continue a cumprir o seu papel de guardião da Constituição e dos valores democráticos.

À parte as especificidades de cada um desses casos, a alegada disparidade na condução processual pelo STF não pode ser atribuída, de forma apressada e imprópria, a motivações não republicanas. A literatura especializada há décadas reconhece que o desempenho dos ministros do STF é influenciado por variáveis contextuais – políticas, econômicas e sociais – e que estes dispõem de ampla margem de manobra na condução dos processos. Reconhecer, no entanto, a existência de ação estratégica na Justiça não equivale a validar acusações simplistas de ativismo judicial.

Diversos fatores moldam a gestão temporal dos julgamentos, destacando-se a evolução dos procedimentos internos, o acúmulo de experiência institucional e a urgência atribuída a cada caso concreto. Esses elementos, combina-

dos, orientam as estratégias adotadas na administração dos processos e na definição de prioridades. Portanto, generalizações apressadas não apenas obscurecem a complexidade envolvida nessas decisões, mas também alimentam discursos que contribuem para a deslegitimação do tribunal.

Ao contrário, é precisamente a capacidade de revisar práticas e adaptar-se a novos desafios que permite avaliar positivamente o desempenho institucional. No caso do STF, essa capacidade adaptativa é visível na transição de um modelo centralizado e moroso, como no julgamento do Mensalão, para uma descentralização descoordenada e pouco eficiente, como na Lava Jato, e, por fim, para uma estratégia de condução coordenada, responsiva e célere, como se observa no caso da Trama Golpista.

No julgamento do Mensalão, o STF optou por concentrar todos os réus em um único processo, conduzido diretamente pelo plenário. Essa centralização possibilitou a análise conjunta das provas e garantiu maior uniformidade nas decisões, mas implicou um processo longo e complexo, dada a multiplicidade de réus e a diversidade das imputações. A experiência expôs limitações estruturais da Corte, como a sobrecarga de trabalho e a dificuldade de conduzir, com eficiência, casos de grande repercussão sem o suporte de um modelo formal de controle da pauta, o chamado *docket control*. Essa conjuntura evidenciou a necessidade de aprimoramentos na gestão processual e institucional do STF.

Em contraste, na Lava Jato, o Supremo adotou uma estratégia oposta: o desmembramento dos processos, distribuí-

dos entre diferentes ministros e turmas conforme a natureza das acusações e os vínculos entre os casos. A descentralização tinha como objetivo aliviar a carga do plenário e acelerar os julgamentos. Essa abordagem revelou, porém, fragilidades relevantes, entre elas a inconsistência decisória, dificuldades de coordenação e falta de coerência jurisprudencial, que resultaram em atrasos processuais, prescrições e impacto negativo sobre a percepção pública quanto à eficácia e imparcialidade da Corte. A fragmentação da tramitação, ao comprometer a previsibilidade das decisões, desafiou a legitimidade institucional do STF diante da opinião pública.

A gestão processual adotada pelo tribunal no caso da Trama Golpista reflete um modelo de centralização estratégica, ágil e coordenado que contrasta com as abordagens anteriores. Sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes, a tramitação ocorre na Primeira Turma. A centralização sob um único relator e a segmentação das denúncias em núcleos permitiram uma tramitação mais ágil e organizada, ao menos até aqui. A gestão centralizada induz uniformidade nas decisões, mitigando as inconsistências que marcaram a Lava Jato.

A gestão estratégica do tempo e dos recursos, aliada à capacidade de coordenação interinstitucional, demonstra a maturidade alcançada pelo Supremo. A experiência acumulada permitiu à Corte aprimorar a gestão temporal dos processos, garantindo maior eficiência sem comprometer a profundidade e a justiça das decisões.

A trajetória do STF é, nesse sentido, um testemunho de sua resiliência e compromisso com a justiça. ■
redacao@cartacapital.com.br

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)



O joio e o trigo

► O STF não está imune a críticas, mas o objetivo da extrema-direita é desqualificar por completo a atuação da Corte

O Supremo Tribunal Federal vem impulsionando as denúncias formuladas pela Procuradoria-Geral da República contra o ex-Presidente da República Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas pelos crimes de organização criminosa armada, abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Por essas razões, intensificam-se as críticas aos atos de perseguição penal e jurisdicionais da Corte Constitucional.

Críticas não são apenas aceitáveis, mas desejáveis em qualquer sistema democrático. A posição assumida pelo Judiciário para a vida em sociedade o coloca, invariavelmente, sob o crivo do questionamento. Ao Judiciário cabe, nas democracias contemporâneas, a última palavra em termos de interpretação da ordem jurídica. Em países como os latino-americanos, providos de Constituições analíticas, diversas decisões sobre da vida pública, em comunidade e dos comportamentos humanos são transferidas para o âmbito jurisdicional.

O escrutínio público a que se sujeita o Judiciário fica ainda mais latente quando estamos diante de um órgão de cúpula que, cotidianamente, é provocado a se manifestar sobre pautas sociais, conflitu-

tos entre poderes e federativos, entre outros temas. Com relação às competências exercidas pelo Supremo em matéria criminal, a grande maioria das críticas é descabida sob a perspectiva jurídica e, o que é mais grave, serve a propósitos escusos.

Rememoremos que o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, proliferou desinformações quanto ao processo eleitoral e às urnas eletrônicas. Além disso, o ex-presidente jamais reconheceu a vitória do presidente Lula nas eleições de 2022 e estimulou atos antidemocráticos em frente aos quartéis. Não podemos esquecer ainda da ruíndosa atuação da Polícia Rodoviária Federal com o intuito de impedir o exercício do direito ao voto, dos atos de terrorismo no Aeroporto Internacional de Brasília em dezembro de 2022 e do fatídico dia 8 de janeiro de 2023, ocasião em que símbolos dos poderes constituídos da República brasileira foram, sem precedentes na nossa história, desafiados.

Se antes a palavra “golpe” pudesse significar, no âmbito das ciências humanas em geral, uma reprovabilidade do jargão político, agora é inequívoco que deve ser adotada para representar a prática de um crime contra as instituições democráticas: “golpe de Estado”, com todos os elementos do tipo constantes do artigo 359-M do Código Penal.

É a primeira vez na nossa história que militares, ministros, presidente da República e outros servidores públicos da alta administração do Estado são denunciados por tentativa de golpe de Estado. A finalidade da pretensão responsabilizatória não deve ser estritamente punir: precisamos deixar claro para as pró-

ximas gerações que a sociedade brasileira não aceita ataques violentos à Constituição e à democracia.

A gradual fragilização dos espaços e dos sentidos da democracia e da relação de pertencimento à sociedade ocorreu através de específicos artifícios enfraquecedores do pacto civilizatório e das instituições democráticas. O bolsonarismo foi muito além da mera estratégia política de reprodução e dissipação. As provas são claras, consistentes e revelam a gravidade dos crimes cometidos contra a nossa democracia. Esses atos atingiram diretamente o coração do Estado Democrático de Direito. Não estamos falando apenas de discursos golpistas, mas de ações concretas, como planos de sequestro e assassinato de autoridades, que colocaram em risco a própria democracia brasileira.

É nesse contexto que afirmamos, enfaticamente, que a defesa da nossa democracia constitucional pelo Supremo não está isenta de críticas. É preciso que se realize um incessante e comprometido escrutínio dos procedimentos e dos produtos da perseguição do Estado. No entanto, determinadas disfuncionalidades não desqualificam, *in totum*, a atuação do Supremo.

Ao contrário de patologias do sistema, constatamos algumas disfunções que devem ser criticadas e corrigidas pelos específicos mecanismos recursais da processualística. É dentro desse campo que deve circunscrever a crítica. A confusão, além de equívoco epistêmico no âmbito jurídico, favorece, no âmbito político, aos propósitos da extrema-direita, sedenta na descredibilização dos *lucos* de resistência e na apropriação fraudulenta da verdade. • redacao@cartacapital.com.br



Enel da educação?

SÃO PAULO Com o aval de Barroso, do STF, Tarcísio de Freitas dá sequência à privatização das escolas estaduais

POR MARIANA SERAFINI

Sucesso de público e crítica, a série *Adolescência*, da Netflix, joga luz sobre a “machosfera” e mostra como as famílias perderam o controle sobre o que crianças e adolescentes acessam nas redes sociais. Um detalhe chama atenção: na escola do protagonista Jamie Miller (Owen Cooper), as aulas parecem resumir-se a uma sequência de vídeos e *slides*, com professores em segundo plano, sem promover qualquer debate ou estimular o pensamento crítico. A arte imita a vi-



Expertise. No Paraná, Feder confiou às empresas até a contratação de professores. Agora, no governo Freitas, garante que não haverá interferência na gestão pedagógica

da. Em São Paulo, desde o início da gestão do secretário estadual de Educação, Renato Feder, em 2023, professores têm manifestado incômodo com a digitalização total do conteúdo pedagógico.

A “plataformização” tem sido alvo de denúncias por parte dos professores, que acreditam ser este apenas o início de um projeto de desmonte da educação pública, com o objetivo de privatizar completamente o ensino. O receio não é infundado. Além de anunciar o uso de Inteligência Artificial para a produção de materiais didáticos, o governador Tarcísio de Freitas confiou à iniciativa privada, no ano passado, a responsabilidade de construir e administrar 33 escolas estaduais por 25 anos. Acolhendo um pedido do PSOL, o Tribunal de Justiça de São Paulo havia reconhecido a ilegalidade da concessão da gestão de atividades escolares para empresas e invalidado dois leilões realizados pelo governo paulista. No entanto, o processo foi retomado após o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribu-

nal Federal, acolher um recurso da Procuradoria-Geral do Estado.

Com isso, o programa de “parceria público-privada” na educação paulista avança. Em 29 de outubro de 2024, o consórcio Novas Escolas Oeste SP venceu o primeiro lote, ficando responsável pela construção e gestão de 17 unidades de ensino. Dias depois, em 4 de novembro, o SP+Escolas arrematou a concessão de 16 unidades. Além disso, outros 143 colégios existentes também serão entregues à iniciativa privada. “Os investimentos estimados ao longo dos 25 anos de concessão somam cerca de 2,1 bilhões de reais. A atuação do parceiro privado se concen-

**Dois consórcios
devem construir
e cuidar da gestão
de 33 unidades de
ensino por 25 anos**

trar exclusivamente na infraestrutura e nos serviços de apoio, sem interferência no conteúdo pedagógico. Estão previstos serviços como construção, manutenção predial, segurança, limpeza, alimentação e outras atividades operacionais de suporte”, informou, por nota, a Secretaria de Parcerias e Investimentos.

Dirigente da Apeoesp, o sindicato dos professores paulistas, e deputada estadual pelo PT, Maria Izabel Azevedo Noronha, conhecida como Bebel, disse não ter se surpreendido com o despacho do ministro Barroso, por entender que a decisão da Justiça paulista era frágil, uma simples liminar. Ela assegura, porém, que a disputa judicial sobre a privatização das escolas estaduais está apenas começando: “Mobilizei uma ação civil pública, que resultou em uma sentença proibindo novamente a privatização. O estado pode recorrer, mas agora a batalha jurídica será longa”. Já o colega Guilherme Cortez, do PSOL, se mostra cético quanto à possibilidade de reverter a situação por esse caminho: “O governador faz um *lobby* intenso junto ao Judiciário, para defender seus interesses. Por isso, é urgente ampliar o diálogo com a sociedade e travar a luta política”.

Antes de assumir a Secretaria de Educação em São Paulo, Feder foi titular dessa mesma pasta no estado do Paraná, governado por Ratinho Jr., onde implementou um modelo similar. No Paraná, as empresas assumiram até o controle pedagógico, podendo contratar ou dispensar os professores das escolas que administram. Esse é o maior temor dos profissionais da educação e dos parlamentares da oposição em São Paulo, explica o deputado estadual Carlos Gianazzi, do PSOL: “Na prática, vemos um ensaio para uma privatização completa, nos mesmos moldes do que foi feito no Paraná.”

Desmonte. O prefeito alterou o Estatuto do Magistério e precarizou ainda mais o trabalho dos professores da rede municipal

De acordo com Salomão Ximenes, professor da Faculdade de Educação da USP, a separação entre gestão administrativa e pedagógica, como tem sido enfatizado pelo governo paulista, “não tem respaldo na Lei de Diretrizes e Bases nem na realidade das escolas”. Essa dissociação pode acarretar dois problemas. “O primeiro, mais evidente, é um possível conflito, em ações cotidianas da escola, entre os gestores pedagógicos, que seguem a lógica educacional, e os administradores privados, focados na máxima eficiência dos recursos. Além disso, haverá o provável fechamento da escola às demandas das comunidades extra-escolares, como ações de educação não-formal, participação popular e cultura, que não cabem nessa caixinha fechada, mas são essenciais para a articulação escola-comunidade-família.”

Primeiro presidente da Apeoesp, Fábio Moraes concorda com a avaliação: “O aprendizado não se dá apenas em sala de aula, na relação professor e aluno. Ele começa desde o momento em que o estudante sai de casa até o seu retorno. Tudo que diz respeito a uma escola é pedagógico”. Para cobrar reajustes salariais, reivindicar melhores condições de trabalho e alertar a população sobre os impactos negativos das privatizações, os professores da rede estadual devem entrar em greve a partir de 25 de abril.

Na capital paulista, os professores da rede municipal também estão apreensivos com a agenda privatista de Ricardo Nunes, que teve o governador Tarcsio de Freitas como seu principal fiador político na disputa pela reeleição em 2024. “O prefeito claramente deu uma guinada ao bolsonarismo”, observa a vereadora Luna Zarattini, do PT, preocu-



pada com o avanço, na Câmara Municipal, de um projeto de lei para privatizar as escolas municipais, protocolado pela vereadora Cris Monteiro, do Novo.

A proposta prevê a entrega completa de escolas para organizações da sociedade civil (OSCs). “É inconstitucional, porque fere o princípio da autonomia pedagógica”, avalia o vereador Celso Gianazzi, que integra a Comissão de Educação e analisou o projeto. Segundo ele, a lei confiaria à iniciativa privada tanto a gestão administrativa quanto o planejamento pedagógico. “As OSCs poderão definir até mesmo a linha do que será ensinado aos alunos. É um absurdo.”

Embora o projeto não seja de autoria do Executivo, Nunes tem se manifesta-

do a favor de “parcerias público-privadas” nas escolas. Em recente entrevista à *Folha de S. Paulo*, expressou o desejo de “testar o modelo” em 50 escolas com menor desempenho na Prova Paulista. “Nada disso foi oficializado”, protesta o vereador Gianazzi. “O prefeito precisa esclarecer quais escolas serão essas e como será o modelo de privatização.”

No fim de 2024, Nunes sancionou uma lei que altera o Estatuto do Magistério Público. João Batista Paes de Barros Filho, diretor de uma escola municipal, acredita que as mudanças visam “preparar o terreno para a privatização”. Agora, os professores não poderão mais escolher o turno e a turma que irão lecionar, essa decisão ficará a cargo da direção escolar. A nova legislação também afeta a rotina dos docentes substitutos, que ficarão à disposição da Diretoria Regional e poderão ser deslocados para qualquer unidade dentro da região. “É impossível esse profissional criar vínculos ou se integrar ao projeto político-pedagógico de cada escola. É uma tentativa de suprir a falta de professores às pressas, mas que só agrava o problema.”

**Na capital paulista,
Ricardo Nunes quer
“testar o modelo”
nas escolas com
pior desempenho**

RENATO MEIRELLES

Comunicólogo, presidente do Instituto Locomotiva e fundador do Data Favela, autor de *Um País Chamado Favela* e *Como Ser Uma Empresa Antirracista*



O recado das ruas para Lula

► Boa parte da população quer um governo que apoie quem deseja empreender e evoluir

O presidente Lula tem um poder de comunicação tão forte quanto um enredo de Carnaval que levanta a Sapucaí. Ele é, sem dúvida, o melhor garoto-propaganda que o governo poderia ter. Sua trajetória, marcada pela superação de dificuldades, carrega uma energia simbólica capaz de conectar o Planalto às ruas. Mas, como temos percebido em pesquisas qualitativas no Instituto Locomotiva, a realidade nem sempre segue o *script* ideal.

Em Campo Limpo, bairro da Zona Sul de São Paulo, encontramos famílias que refletem o sentimento de muitos brasileiros. Durante a pandemia, decidiram abrir um pequeno negócio, movimentando suas economias e suas esperanças. Deixaram clara a nova ambição do eleitorado: não basta sobreviver, é preciso crescer. Querem um governo que apoie quem deseja empreender e evoluir, não apenas distribuir benesses.

O mau humor que emerge hoje nas ruas não é uma sentença definitiva contra Lula, mas um sinal de alerta. Inflação persistente, emprego instável e a sensação de que a vida não anda como deveria geram uma cobrança por soluções mais robustas que o básico. Não há como confiar cegamente em programas sociais que, sozinhos, não resolvem a complexidade de desafios como educação de qualidade, crédito acessível ou infraestrutura para quem deseja crescer.

Se antes as políticas públicas eram

vistas como generosas intervenções do Estado, agora o brasileiro entende que o essencial é direito adquirido. Ninguém agradece mais pelo mínimo. O foco está em oportunidades de progresso e dignidade real, o que exige crescimento econômico e respeito à autonomia individual. Reconectar-se com esse desejo popular é o grande teste para o atual governo. Os números falam por si: dois em cada três brasileiros valorizam o empreendedorismo como caminho real de crescimento pessoal e familiar. Isso inclui ter mais controle sobre a rotina, ficar mais próximo dos filhos, escapar da longa espera no transporte público e sonhar com uma vida melhor. O brasileiro vê em si mesmo a chave para avançar, fugindo do aperto da carteira assinada que, para muitos, já não garante a estabilidade de outrora.

Em vez de ser um problema, esse movimento pode ser uma grande oportunidade do governo. Lula precisa retomar sua habilidade de traduzir assuntos complexos em linguagem simples e atrativa. Ele sabe vender sonhos e mobilizar pessoas em torno de um futuro promissor, mas essa capacidade não pode ficar restrita a debates desgastados. O Brasil pede um discurso mais fresco, que reflita a realidade atual de um povo exigente, crítico e pragmático.

As polarizações constantes geram cansaço e pouco contribuem para resolver o dia a dia do eleitor. Nossa pesquisa comparativa, alinhada com dados da Pew Research, mostra que, embora haja divergências políticas, o brasileiro não se divide tanto em questões como imigração, justiça social ou igualdade racial. O ponto sensível, na prática, está na valorização do trabalho e na crença de que o próprio esforço é o fator decisivo para a ascensão social.

Para que o governo recupere terreno, Lula deve voltar a ouvir quem está fora de

sua bolha histórica. É hora de se aproximar de quem aposta no próprio suor e vê no empreendedorismo um instrumento de transformação de vida. Compreender esse anseio é fundamental para reverter o clima de frustração e retomar a narrativa de esperança.

Se o governo entender que o humor popular varia mais do que a cotação do dólar, perceberá que a rejeição atual não é irreversível. Falta demonstrar, com ações concretas, a preocupação efetiva em fazer o País avançar, não só manter a população respirando. O caminho até 2026 será tortuoso, mas menos complicado se Lula utilizar novamente seu talento natural para inspirar. É o momento de mostrar que, tal qual diz o verso do clássico *O Que É, O Que É?*, é preciso “viver e não ter a vergonha de ser feliz”, mas também ousar, empreender e colher os frutos de uma nação mais dinâmica.

Ser um bom garoto-propaganda não basta. É necessário entregar resultados que realmente toquem a vida de quem mais precisa. Esse é o verdadeiro desafio. Ficar no discurso raso pode até gerar aplausos imediatos, mas não garante consistência no longo prazo. A população busca não só empatia, mas políticas públicas que ajudem na construção de trajetórias sustentáveis.

No fim das contas, o que está em jogo é a reconexão genuína com o povo. E, para tanto, Lula deve voltar a exibir sua melhor característica: a habilidade de ouvir e falar na mesma sintonia do Brasil que se move. Se der atenção a essas novas vozes, o governo poderá, de fato, realizar o papel que muitos esperam dele: ser um catalisador de oportunidades, e não apenas um distribuidor de alívios temporários. Como cantava Gonzaguinha, é preciso aprender a sonhar sem perder o chão. ■

redacao@cartacapital.com.br

Hub global

ENERGIA O Piauí se prepara para abrigar a maior planta industrial de hidrogênio verde do mundo

POR FÁBOLA MENDONÇA

Com uma matriz energética 100% renovável, o Piauí se consolida como o estado com maior potencial para a produção de hidrogênio verde no Brasil. Na quinta-feira 20, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) deu o aval para a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba, no município piauiense de Luís Correia, sediar o maior projeto de hidrogênio e amônia verdes do mundo. Com investimentos da ordem de 27 bilhões de reais e a promessa de gerar 3 mil empregos diretos ou indiretos, o empreendimento será liderado pela Solatio, empresa que atua na área de energia solar há 17 anos. O projeto aguarda apenas a chancela do Ministério de Minas e Energia para ter acesso à rede elétrica e iniciar as obras de instalação ainda no primeiro semestre deste ano. A previsão é que todas as etapas sejam concluídas até o final de 2028 e, no início de 2029, os produtos sejam lançados no mercado global.

Apontado como uma das principais alternativas para a descarbonização do planeta e a mitigação da crise climática, o H₂V é o carro-chefe da economia sustentável na gestão de Rafael Fonteles. "Ele representa, a médio e longo prazo, uma mudança na base econômica do nosso estado. Somos hoje um dos maiores produtores de energias limpas (eólica e solar) do Brasil e,

com a instalação da fábrica de hidrogênio verde, passaremos à fase de industrialização, agregando valor ao que produzimos e gerando riquezas, oportunidades de negócios e empregos", afirma o governador.

O entusiasmo é compartilhado por Victor Hugo Saraiva, presidente da Investe Piauí. "Temos uma janela única para um processo robusto de industrialização a partir de produtos verdes. O Estado viveu uma primeira fase com a implantação da geração de energia renovável e, agora, passará a consumir parte dessa energia por meio da indústria verde", destaca. "Isso abre um leque de oportunidades e novos negócios, pois teremos uma grande indústria sustentável como base para todas as demais que ainda virão".

O processo de produção do H₂V ocorre por meio da eletrólise, que consiste na quebra da molécula da água utilizando energia renovável. A disponibilidade de energia limpa é o grande diferencial na

fabricação do produto, uma vez que 70% dos custos de produção estão atrelados ao consumo energético – fator que coloca o Piauí em vantagem em relação a outros estados. "Ali, na Foz do Rio Parnaíba, há água em abundância e a custo acessível. Além disso, o estado conta com excedente de energia renovável, sem falar na localização estratégica da nossa ZPE e na facilidade de transporte para a Europa", diz Saraiva. Atualmente, dois terços da matriz energética do estado vêm da energia eólica, enquanto 27% são provenientes da energia solar, o que posiciona o Piauí na terceira colocação no ranking regional de produção de fontes renováveis. Quase 5% da energia piauiense é gerada por hidrelétricas, garantindo que toda a matriz energética do estado seja limpa e livre de combustíveis fósseis.

Segundo Saraiva, o Piauí possui superávit energético. "Produzimos 7 gigawatts de energia e consumimos apenas 1. O projeto da Solatio vai demandar 1,5 giga, totalizando 2,5 gigas de consumo". Serão produzidas anualmente 440 mil toneladas de hidrogênio verde e 2,2 milhões de toneladas de amônia, com exportação prioritária para a Europa e a Ásia. "Este é um passo decisivo para estabelecer o Brasil como um líder global nesse mercado", afirma Pedro Vaquer, CEO da Solatio. "Nosso modelo integrado, que combina produção própria de energia renovável com a expertise de parceiros estratégicos, nos permite oferecer um produto competitivo, gerando valor localmente e contribuindo para a descarbonização da economia global", completa o executivo, lembrando que o H₂V pode ser utilizado diretamente como combustível ou como matéria-prima para a síntese de produtos como amônia, aço e metanol.

"O hidrogênio será transportado na forma de amônia porque já existe uma cadeia logística mundial bem estabelecida para

O projeto, liderado pela Solatio, prevê investimento de 27 bilhões de reais e deve gerar cerca de 3 mil empregos



esse produto. Ao chegar ao país de destino, pode ser reconvertido em hidrogênio ou seguir como amônia para fertilizantes e gasodutos das indústrias siderúrgicas”, salienta Saraiva. A estimativa é que o quilo do H_2 produzido no Piauí tenha um custo médio de 3 dólares, menos da metade dos 7 dólares cobrados atualmente e o mesmo valor do chamado “hidrogênio cinza”, fabricado a partir de combustíveis fósseis. “As indústrias não querem migrar do cinza para o verde se for para pagar mais caro, e é aí que entra o nosso diferencial. Vamos conseguir produzir hidrogênio e amônia verdes pelo mesmo preço dos produtos feitos com energia suja, tornando nossa oferta altamente competitiva”, conclui o presidente da Investe Piauí.

Ao assinar o termo de autorização para a implantação do empreendimento, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, classificou o projeto como o mais importante já aprovado no Brasil para a produção de hidrogênio e amônia verdes. Segundo ele, com essa iniciativa, o Piauí assume a liderança na nova fase desenvolvimentista do País. “Trata-se de um grande investimento gerador de empregos, renda e promotor da descabo-

Localização estratégica. A Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba, na cidade de Luís Correia, tem água em abundância e facilidade de transporte para a Europa



nização e da sustentabilidade. É isso que o mundo precisa, e o Brasil, hoje, é o grande protagonista dessa transição energética”.

Camila Ramos, vice-presidente de Investimentos e Hidrogênio Verde da Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar), ressalta a importância do setor no enfrentamento da emergência climática. “O H_2 V tem grande potencial para

reduzir as emissões de setores difíceis de descarbonizar, como a fabricação de fertilizantes, aço e combustível de navios. No contexto da transição energética e das mudanças climáticas, ele surge como um aliado estratégico. Grandes consultorias globais estimam que o hidrogênio verde pode atender a até 10% da demanda mundial de energia a partir de 2050.”

Sem veneno

MST Com produção recorde de arroz, assentados do movimento provam a viabilidade da produção agroecológica

POR RENÉ RUSCHEL

Resiliência. Essa foi a palavra de ordem que motivou e mobilizou os produtores de arroz orgânico do Rio Grande do Sul a superar os desafios dos últimos anos. Em 2023, enfrentaram duas enchentes. No ano seguinte, um dilúvio devastador atingiu todo o estado, resultando na perda total da produção e dos estoques armazenados, além de deixar centenas de famílias com suas casas submersas. Além dos impactos climáticos, os agricultores também sofreram com o desmonte das políticas públicas para o setor durante o governo Bolsonaro, que praticamente extinguiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Na quinta-feira, 20, o MST gaúcho celebrou o início da maior colheita de arroz orgânico da América Latina com uma festa que reuniu cerca de 5 mil convidados no assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Em março do ano passado, em vez de festa, o movimento social promoveu um ciclo de palestras sobre os impactos das mudanças climáticas na agroecologia.

Ao todo, foram cultivados 2.850 hectares, além de outros 800 em áreas de conversão nos assentamentos de Viamão, Nova Santa Rita, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Tapes e São Ga-

brriel. A expectativa para este ano é colher 280 mil sacas, o equivalente a 14 mil toneladas. “Foi preciso muita força e união para chegar até aqui”, diz o agricultor Osmar Moisés de Moura, morador do Filhos de Sepé desde 1998.

Casado e pai de dois filhos, Moura faz parte de uma das 290 famílias envolvidas na produção de arroz agroecológico do MST. Filho de lavradores, ele conta que “caiu no mundo em busca de um pedaço de chão” aos 16 anos, quando foi emancipado pelos pais. Viveu quatro anos sob lonas em acampamentos até conquistar seu quinhão: uma área de cerca de 15 hectares, onde cultiva arroz e cria alguns animais. Para ele, o maior desafio é transformar os assentamentos em campos de produção agroecológica, totalmente livres de agrotóxicos. “Produzimos alimento saudável, não *commodities*.”

Para alcançar a produção recorde de arroz orgânico, foi necessário investir em tecnologias sustentáveis, como os

bioinsumos. Produzidos a partir de microrganismos, materiais vegetais orgânicos ou outros componentes naturais, eles são utilizados nos sistemas de cultivo agrícola para combater pragas e doenças. Além disso, contribuem para a fertilidade do solo e aumentam a disponibilidade de nutrientes para as plantas. Por apresentarem baixa toxicidade e serem biodegradáveis, os bioinsumos elevam a produtividade do arroz sem causar danos ao meio ambiente. Outro diferencial é que sua produção ocorre em biofábricas instaladas dentro dos próprios assentamentos.

“Não havia mais espaço para continuarmos plantando e colhendo de forma rudimentar, com pequenas máquinas de pulverização às costas”, diz Moura. Hoje, além do uso de bioinsumos, os assentados contam com máquinas e colheitadeiras modernas e, recentemente, adquiriram um drone avaliado em 250 mil reais. Com essa tecnologia, a aplicação dos insumos torna-se mais prática, uniforme e segura em toda a plantação.

As famílias assentadas se unem para produzir em larga escala, em um esforço coletivo no qual nada é feito de forma individual. O beneficiamento e a comercialização dos grãos ficam a cargo de cooperativas geridas pelos próprios produtores, responsáveis por todo o processo operacional, financeiro e burocrático.

Uma das vozes mais ativas na defesa da agroecologia, o deputado estadual Adão Pretto Filho, do PT, é autor de um projeto de lei que estabelece a Política Estadual de Fomento à Agricultura Regenerativa, Biológica e Sustentável no Rio Grande do Sul. A proposta visa estimular a produção agrícola sem o uso de insumos químicos. “A produção de arroz do MST em escala é uma prova de que é viável investir nos bioinsumos. Para quem produz alimentos nos territórios de reforma agrária, es-

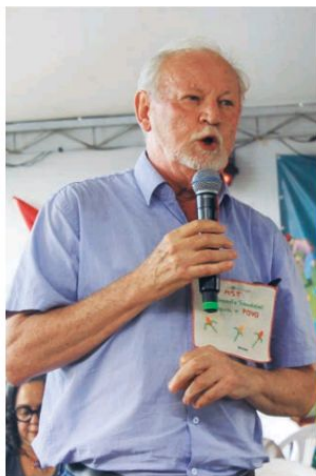
**A expectativa é
colher 280 mil
sacas neste ano,
o equivalente a
14 mil toneladas**



sa transição agroecológica é uma realidade. O que queremos é que o estado subsidie a produção de insumos pelos agricultores e cooperativas, e que os bancos públicos ofereçam linhas de crédito com juros reduzidos para quem investir em agroecologia", destaca. O parlamentar também propôs um projeto para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos, argumentando que os pesticidas lançados por aviões contaminam áreas vizinhas e prejudicam os agricultores empenhados em produzir alimentos orgânicos.

Presente na 22ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico do MST, João Pedro Stédile, liderança histórica do movimento, destaca que 140 mil famílias ainda vivem acampadas, à espera de um lote. "O governo Lula se comprometeu várias vezes a retomar a reforma agrária, mas ela caminha a passos muito lentos. Não venham com a desculpa de falta de recur-

Cooperação. Stédile anuncia parceria com o governo da China para instalar fábricas de fertilizantes orgânicos



sos. Para o Incra, 1 bilhão de reais é uma merreca." O dirigente ressalta, porém, que a luta pela reforma agrária vai além da redistribuição de terras. "Os assentados não conseguem tirar sustento de um solo degradado, morto. Por isso, precisamos defender a natureza e focar na produção de alimentos saudáveis."

Stédile anunciou ainda que o MST negocia uma parceria com o governo chinês para instalar fábricas de fertilizantes orgânicos nos assentamentos gaúchos, além de unidades industriais para a produção de equipamentos agrícolas. A meta é fortalecer a agroecologia com insumos acessíveis e tecnologia inovadora. A primeira unidade, segundo o dirigente, será instalada no município de Nova Santa Rita. "Durante uma visita à China, representantes do país manifestaram interesse em transferir tecnologia e capacitar os trabalhadores para a operação e gestão dos processos, sem custo." •



Um pouco de oxigênio?

POLÍTICA MONETÁRIA A queda do valor do dólar e o comportamento da inflação sugerem o começo do fim do sufoco

POR CARLOS DRUMMOND

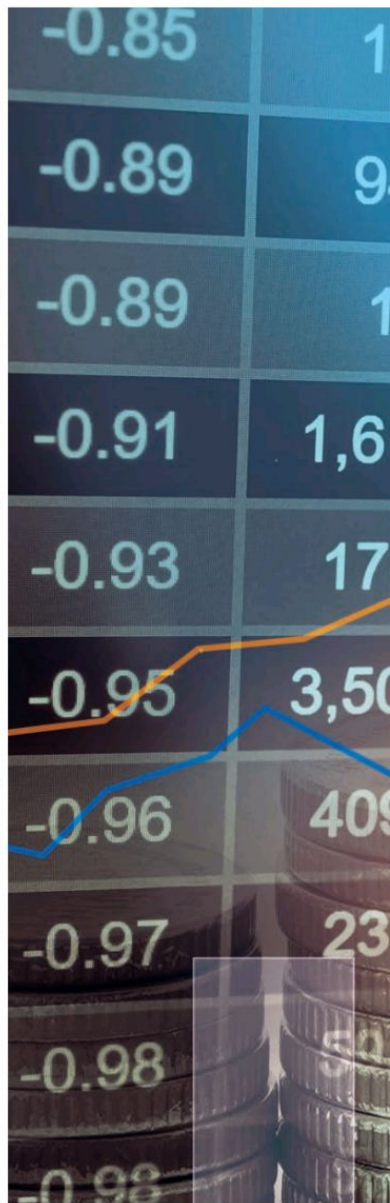
O torniquete dos juros altos ainda irá apertar um pouco as artérias da economia antes de aliviar, mas a descompressão está à vista, conforme a última ata do Comitê de Política Monetária do Banco Central. O aumento da taxa Selic em 1 ponto percentual, para 14,25% ao ano, programado na gestão de Roberto Campos Neto, antecessor de Gabriel Galípolo, chegou ao fim. Na próxima reunião, em 6 e 7 de maio, a diretoria do BC tende a um reajuste menos intenso, desde que o dólar não ultrapasse a cotação de 5,80 reais e outros preços mantenham uma certa trajetória. “Podemos nos surpreender positivamente com a inflação deste ano, em função da safra, do câmbio e da geopolítica”, declarou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em evento com empresários.

Na última reunião, o Copom sublinhou os desafios da economia global, uma moderação incipiente do crescimento que pressionava a inflação, a redução do consumo das famílias e um mercado de trabalho com sinais de moderação face ao recente dinamismo. O documento ressalta que, em relação à Selic,

antes de melhorar, a situação vai piorar, mas em ritmo menos intenso. O texto também aponta a possibilidade no horizonte de uma reversão da atual tendência. Em razão do “cenário adverso para a dinâmica da inflação”, o comitê esclareceu que “o ciclo de alta dos juros não está encerrado”. Diante da elevada incerteza, a diretoria do BC optou por indicar apenas a direção do próximo movimento e deixar os subsequentes em aberto.

Um ponto importante a sublinhar: os movimentos do Banco Central no mercado cambial indicam que a autoridade monetária não é mais espectadora nem cúmplice de movimentos especulativos. Uma demonstração dessa nova postura foi a realização do maior leilão da história, de 8,2 bilhões de reais, em NTN-Fs, títulos prefixados de longo prazo com maior procura por parte de investidores estrangeiros.

O BC de Galípolo
sinaliza uma alta
menor da taxa de juros





Rédea. Sob o comando de Galpólo, o Banco Central não deixa a especulação cambial correr solta como antes

ros. A oferta correspondeu a um grande fluxo de dólares para o mercado local, o que contribuiu para manter a moeda norte-americana em níveis mais baixos em comparação com a cotação do fim do ano passado. A melhora cambial, no mercado à vista e nas projeções do BC, correspondeu à entrega de enormes quantias também no mercado de derivativos. A montanha de apostas de investidores, estrangeiros e locais, contra o real, medida pela alteração das posições em derivativos, diminuiu em 35 bilhões em três meses e “sustenta a queda do dólar no ano”, segundo os jornais. A bolada correspondeu a perdas equivalentes para investidores céticos quanto à evolução da política econômica e gerou discussões intermináveis, em sites especializados, entre os apostadores pessimistas e irredutíveis e os investidores mais sensatos e mais apegados ao dinheiro.

Trata-se de uma conjuntura complexa, concordam gregos e troianos, com aumento da incerteza externa, segundo sublinhou o Copom, em um alerta reforçado pela interrupção, na quinta-feira 20, de sete sessões seguidas de que-

da do dólar, após comentários do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, e da presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, de que a economia dos EUA estava derrapando. A moeda norte-americana operou em alta em todos os mercados emergentes e no Brasil atingiu 5,72 reais. Uma cotação muito próxima dos 5,70 reais definidos por Haddad, em janeiro, como teto para a aquisição do numerário.

Apesar de todas as incertezas, os movimentos do dólar e dos juros parecem sugerir que, num horizonte menos distante, o Copom deve iniciar a preparação de uma aterrissagem menos turbulenta da economia, após uma sucessão de trancos no governo anterior provocada por austeridade em dose dupla, jejum de investimentos e radicalização da política. “A tendência é de a taxa Selic chegar a 15%, o que já estava ‘contratado’, desde o período de Campos Neto”, aponta o economista Saulo Aboucheddin, professor da Facamp. “Quando digo contratado é que, de alguma maneira, ocorreu uma definição em linha com as expectativas de inflação, boa parte delas construídas, ou coordenadas, ainda sob a diretoria anterior do Banco Central. Houve ali uma tentativa do BC de se alinhar às expectativas de inflação do mercado e de andar junto dele.”

Ao mesmo tempo, prossegue Aboucheddin, vários elementos determinantes do processo inflacionário dificultam a continuidade dos atuais contratos financeiros. O primeiro é a inflação de alimentos. O dado acumulado em 12 meses sinaliza uma redução do indicador. Um movimento que, cabe acrescentar, é incipiente e não uniforme, mostram, entre vários casos, a oscilação do preço da carne de porco, que caiu 3,87% neste ano em São Paulo, e a alta do preço dos ovos, de 17,78% no mesmo período. O País sentirá ainda nos próximos meses os primeiros efeitos das medidas regulatórias e tri-



butárias para o combate à inflação de alimentos anunciada pelo governo. Órgãos técnicos registraram queda nos preços de industrializados importados desde o dia 14, quando entrou em vigor a isenção de impostos para determinados itens.

O segundo elemento, prossegue o economista, é a melhora da correlação do câmbio, que vai gerar um efeito defasado nos próximos meses. A perspectiva de uma super-safra influenciará indiretamente a oferta e contribuirá para a redução da inflação dos alimentos. Ao contrário da estimativa do Copom, Aboucheddin não acredita, entretanto, que a inflação dos serviços irá piorar nos próximos meses. O motivo são os efeitos defasados da contração monetária, que afec-

tam a alienação e vão causar um impacto negativo na demanda agregada. “Acho que não há mais espaço para o argumento a respeito da resiliência do mercado de trabalho como um fator de dificuldade para o desaquecimento da economia. Essa justificativa, que sustentaria uma postura mais conservadora do Banco Central, fica muito enfraquecida.” O BC vai reduzir o ritmo de aumento dos juros na próxima reunião, chegará a 15% e a partir desse ponto iniciará a trajetória descendente, aposta. “Não há argumentos para aumentar além disso.”

O que vai acontecer na próxima reunião do Comitê “está em aberto, o comunicado do Copom aponta a possibilidade de mais uma alta, mas isso vai depender do cenário até lá”, ressalta o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello. A autoridade monetária, prossegue, deve acompanhar questões como nível de atividade, taxa de câmbio, desempenho da inflação atual, expectativas, e, a depender de como esses dados reajam, “pode

**O que virá depois
de os juros chegarem
aos 15% ao ano?**



haver uma alta adicional ou até mesmo uma interrupção do ciclo, caso esses dados se comportem melhor do que o cenário atual projetado pelo Banco Central”.

Há um debate entre economistas do governo sobre o que virá após a Selic atingir os 15%, se um novo aumento ou uma baixa. A questão é complicada, pontua um experiente profissional, participante dessa discussão, que optou por permanecer no anonimato: “Eu escuto de vez em quando no governo, aqui em Brasília, colegas na esperança de que, ah, quando chegar no juro que o mercado hoje precifica, de 15%, podemos baixar. Como se fosse um movimento de ‘fui ali, fiz o gol e posso correr para a defesa’. Não é bem assim. O Banco Central e o Copom têm de examinar o conjunto de variáveis para começar a definir taxas de juros mais baixos”.

O economista acredita que só haverá uma reversão quando o dólar voltar a um patamar de 5,30 a 5,40 reais, mais perto de 5 do que de 6, e ocorrer um processo de desinflação que leve tanto a taxa acumulada em 12 meses quanto as proje-

ções para perto da banda superior da meta, de 4,5%. Vários integrantes do mercado financeiro insistem na tese difícil de sustentar de que a inflação estaria descontrolada. A ata do Copom prevê uma variação estável de preços, com um IPCA de 5,1% neste ano e de 3,9% no terceiro trimestre de 2026. Os números sinalizam aquilo que o comitê vai perseguir. “Isso significa que o Copom começa a enxergar no horizonte alguma possibilidade de parar o contracionismo da política monetária”, destaca a fonte.

O câmbio é crucial, o primeiro elemento sempre considerado nas análises do governo sobre a inflação. O que o BC fez foi quase um choque contracionista, subiu muito rapidamente a taxa, em 350 pontos-base (um ponto base é igual a 0,01%). Isso foi feito para enfrentar o efeito da desvalorização cambial de 26% no total em 2024, com um impacto considerável na inflação. Toda vez que houve algum processo inflacionário no País no passado recente, como em 2003, 2015,

Alimentos. Nem os ovos de ouro da galinha das fábulas custariam tanto. A safra recorde de grãos tende a aliviar a pressão inflacionária, torce o governo

2021, a causa foi a inflexão do câmbio, indicam as estatísticas. Esse efeito aconteceu de imediato no Brasil, pois as variações cambiais se refletem nos preços dos combustíveis, dos insumos industriais importados e de qualquer outro produto cotado em dólar. O câmbio afeta a economia como um todo e por esse motivo o BC costuma reagir de maneira severa nestes casos.

A redução da taxa de câmbio e o fato de o Copom situar a relação entre as moedas em 5,80 reais e de estimar a estabilidade da inflação deste ano começa a abrir as portas para uma mudança de rumo da política monetária no futuro próximo. A previsão de vários economistas é que a economia se aproximasse de um platô de juros, mas não há expectativa de que abra de imediato um processo de reversão das taxas no curto prazo. ■

Espelho, espelho meu

PROTAGONISTA O irrequeto Marcos Moraes lança a *startup* Doris e atrai a atenção de gigantes da IA

POR ALLAN RAVAGNANI

Nem a fortuna, avaliada em mais de 1 bilhão de reais, nem os sucessos anteriores reduziram o ímpeto do empresário Marcos Moraes. Obcecado por inovação e novas tecnologias, Moraes ficou famoso e engordou o caixa ao vender em fevereiro de 2000, por 365 milhões de dólares, a Zip.Net, primeira empresa a oferecer e-mail gratuito no Brasil, ao grupo Portugal Telecom. Várias ideias e projetos depois, em setores distintos, o empreendedor está de volta aos holofotes. Uma *startup* baseada em Inteligência Artificial sob seu comando, a Doris, capturou a atenção das *big techs*, a ponto de ser convidada pela NVIDIA, gigante global de *chips* e infraestrutura para IA, a apresentar seus produtos no GTC 2025, evento internacional de tecnologia que acontece neste mês na Califórnia.

A principal aposta da Doris é o Mirror, espelho virtual que combina peças de vestuário em tempo real e facilita a escolha dos consumidores em casa ou nos provadores da loja. A tecnologia promete mudar a forma como os usuários experimentam roupas. Um modelo de provador com IA generativa está em uso por diversas marcas, entre elas Decathlon, Reserva, Aramis, Vans e Track&Field. A ferramenta permite “provar” as peças no pró-

prio corpo, com sugestões personalizadas de tamanhos e combinações de *looks*, tanto no *e-commerce* quanto nas lojas físicas. As simulações ocorrem em poucos segundos e reduzem consideravelmente o tempo de experimentação, em especial no caso dos indecisos. Basta ao comprador tirar duas fotos – uma de frente e outra de lado – e informar a altura e a idade. O algoritmo faz então uma simulação visual com os modelos escolhidos. Segundo a empresa, com a evolução tecnológica do Mirror, em breve será necessário informar apenas a altura.

“É um reconhecimento importante. Receber esse convite direto da NVIDIA mostra que estamos no caminho certo”, celebra Moraes ao comentar a participação no GTC. Um dos pioneiros das tecnologias *online* no País, o empresário se surpreende com os avanços recentes. “Achei que jamais viveria algo tão transformador quanto o nascimento da internet. Estava errado. A Inteligência Artificial está promovendo rupturas parecidas”.

A longa experiência, associada ao *know-how* em relação ao comportamento dos consumidores, levou o empresário a buscar uma solução para um velho gargalo no varejo do setor. “A taxa de conversão no *e-commerce* de roupas raramente

passa de 2%. Ou seja, de cada 100 visitantes, apenas dois compram. Isso é reflexo de uma experiência ruim. Roupas e eletrônico não se compram da mesma maneira”, analisa.

O avanço das IAs generativas permitiu tirar do papel a ideia de um provador virtual. O Mirror funciona por meio de um *widget* que pode ser integrado a sites de venda ou via totens instalados em lojas físicas. Em ambos os casos, a experiência é a mesma: o consumidor visualiza no próprio corpo, com precisão de medidas e tons de pele, o caimento das peças. O sistema permite ainda combinar diferentes itens: camisa e calça, jaqueta e bermuda. O usuário pode testar o tamanho P, depois M ou G, e ver como cada opção se assenta ao corpo. “Somos os primeiros a mostrar o efeito real das peças sobre o corpo da própria pessoa. Isso reduz devoluções e aumenta a confiança na hora de comprar.”

Para tornar a simulação ainda mais realista, a Doris utiliza uma tecnologia de escaneamento corporal baseada em





Lifestyle. Um dos pioneiros da internet no Brasil, o empresário vislumbra a aplicação do programa para além do varejo fashion. “Queremos unir moda, beleza, saúde e bem-estar”, afirma

aprendizado de máquina. A partir das imagens e dados fornecidos, o sistema gera uma representação tridimensional com alto nível de detalhe. Mesmo se o usuário estiver vestido com uma calça, a ferramenta simula de maneira precisa como ficaria uma bermuda ou saia. “A IA entende até o caimento das marcas. Ela aprende que uma modelagem de uma empresa é diferente da outra, mesmo com o mesmo tamanho”, detalha Moraes.

Os dados de desempenho impressio-

nam. A conversão das vendas *online* chega a triplicar quando a ferramenta é usada. O gasto médio do consumidor cresce cerca de 60% e o volume de devoluções diminui em até 66%. Além de reduzir os custos logísticos, a satisfação da clientela evita o constante *vaivém* de produtos. Resultado: menos transporte, menos emissão de gás carbônico. A fidelização nas vendas digitais, relatam executivos da Doris, triplicou. Segundo Moraes, ao evitar devoluções, os varejistas economizam com transporte, embalagem e desperdício de produtos. “Muita gente não percebe, mas a logística reversa é uma das maiores dores do *e-commerce*. Resolver esse problema é transformar toda a operação.

Atualmente, a Doris oferece dois tipos de pacotes aos clientes. O primeiro

O Espelho, com tecnologia brasileira, combina peças de roupa em tempo real e facilita a escolha dos consumidores

é baseado em *performance*: se um comprador usar o provador virtual e não devolver a peça em até 30 dias, a empresa cobra de 5% a 10% sobre o valor de venda. No segundo, a cobrança se dá por uso, com valor por interação. “É justo. Se geramos receita e economizamos com logística, pedimos uma parte.”

O Espelho começa a ganhar terreno entre grandes varejistas internacionais. O grupo Abuissa, do Catar, decidiu implementar uma operação em larga escala com a tecnologia. Na Arábia Saudita, a IA brasileira oferece uma alternativa a mulheres que evitam provadores físicos por questões culturais. Nessas situações, a privacidade do ambiente digital amplia o alcance do varejo e promove a inclusão.

O futuro da empresa está, no entanto, além do universo *fashion*. Moraes antecipa o desenvolvimento de uma plataforma integrada de estilo de vida. Com o tempo, o espelho poderá registrar emoções como felicidade ou surpresa ao experimentar um *look*. Será possível ainda cruzar dados com redes sociais, desde que autorizado pelo usuário, para sugerir presentes personalizados ou montar malas de viagem baseadas na agenda do consumidor. “Estamos construindo um ecossistema *omnichannel*. Queremos unir moda, beleza, saúde e bem-estar em uma mesma jornada”, projeta o empreendedor. O futuro vem a galope e Moraes, não é de hoje, sabe cavalgar as oportunidades. ■

Justiça social

ENTREVISTA Os ricos, mal tributados, devem pagar a conta da isenção de IR, defende Dario Durigan, da Fazenda

A ANDRÉ BARROCAL

A lei para isentar de imposto de renda quem ganha até 5 mil reais inquieta alguns parlamentares pelo que tem na outra face: a taxa compensatória de 141 mil brasileiros que embolsam acima de 50 mil por mês. O Congresso é sempre sensível à causa dos endinheirados, além de ser ele próprio parte dessa categoria. Deputados e senadores ganham 46 mil mensais. Aprovarão a promessa de campanha de Lula tal qual o desenho preparado pelo Ministério da Fazenda? Ao elevar a isenção de 3 mil para 5 mil em 2026, o governo beneficia 10 milhões de contribuintes e abre mão de 25 bilhões de reais de receita anual. Esta quantia precisa ser compensada por outra fonte, para que o orçamento não seja cortado na área social e para que o terrorismo fiscal do “mercado” não tumulte a economia. O governo até topa discutir alternativas com o Congresso, desde que o princípio da “justiça tributária” seja preservado. A conta tem de ir para os ricos, afirmou o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, em entrevista ao repórter especial André Barrocal no programa *Poder em Pauta*. A seguir, os principais tópicos da conversa. A íntegra está disponível no canal do YouTube de *CartaCapital*.

Timing da lei

A gente já arrumou a casa do ponto de vista fiscal. Tanto que agora a gente não vai abrir nenhum flanco de impacto para a Receita Federal. O nosso debate é de justiça social. Tendo arrumado a casa, tendo melhorado o ambiente de negócio, tendo melhorado a vida das pessoas, a gente quer fazer justiça nesse terceiro ano para, dentro desse mandato do presidente Lula, entregar essa reforma da renda, que é histórica.

Justiça social

Nosso País carrega injustiças históricas. Não estamos falando de injustiça dos últimos anos, mas dos últimos séculos. Não é uma tarefa simples, sendo responsável com a população, com os impactos na economia, fazer uma mudança que corrija de uma vez por todas, e de maneira abrangente, o problema da má distribuição de renda no Brasil. Mas eu diria que um mínimo a gente consegue, é esse o grande objetivo da proposta. Quando a gente tem um país menos desigual, a vida de quem é mais rico também melhora. É difícil dizer que um milionário tem que seguir pagando menos imposto do que um PM ou uma professora.

Isenção parcial

Seria muito injusto se quem ganhasse até 5 mil reais pagasse zero (de imposto) e quem ganhasse 5.010 voltasse a pagar (imposto) cheio dentro da tabela progressiva. Imagina que um trabalhador ganha hoje 4,8 mil, aí o patrão vem e diz: “Olha, vou te dar um aumento para 5,1 mil no



Responsabilidade. Manter em ordem as contas públicas é parte da solução, diz



ano que vem". O trabalhador vai dizer: "Não, eu vou passar a ganhar menos, porque eu vou começar a pagar imposto de renda quando hoje eu não pagaria". A classe trabalhadora aumentou seu salário no Brasil nos últimos dois anos, tanto do ponto de vista dos acordos coletivos, quanto dos dissídios. A gente quer que ela siga aumentando. E para isso, a gente zera (o imposto) até 5 mil reais e cria essa escadinha dos 5 mil aos 7 mil reais.

Só isentar, não

É importante dizer, e eu vou fazer isso com toda deferência ao Congresso Nacional, que a gente acredita em responsabilidade fiscal, que é basicamente ter as contas em ordem. A gente precisa organizar as contas públicas, porque, diferentemente do que se viu na última década, a gente precisa organizar o País para gerar perspectiva de futuro, as pessoas têm que ter

prosperidade, e a gente vai começar isso com responsabilidade fiscal. Quem está defendendo fazer isenção e ponto vai causar desfalque no SUS, no Farmácia Popular, no Pé-de-Meia... Porque o Estado não vai se financiar e vai deixar de poder fazer política pública. Não é o que a gente quer.

Quem paga a conta

O nosso intuito, o intuito do presidente Lula, era tributar os milionários. Imagine que um milionário que tivesse uma renda anual de 1,1 milhão de reais tivesse que contribuir com 10% e alguém com renda anual de 990 mil reais não tivesse

"Um país menos desigual" é bom para todos

Fechar as brechas. Para evitar que os privilegiados escapem do justo pagamento de impostos, o Fisco fará a retenção na fonte, em escala

que pagar nada mais... A gente teria um descompasso, você teria um incentivo para uma maquiagem de: "Não, eu tive uma renda de 990 mil, de 980 mil, não de 1 milhão". Então a gente criou uma escadinha (de taxaço) que começa com 50 mil por mês, para evitar a burla, o planejamento tributário, a maquiagem. O imposto será de 0,5% no começo dessa escadinha. Vai ter que pagar até 10% quem ganha 1,2 milhão por ano. O grande objetivo era alcançar quem ganha 1,2 milhão por ano.

Rico "injustiçado"?

Ao contrário. De fato, o que nós temos é uma situação límpida, cristalina de in-

justiça flagrante. O ministro (Fernando Haddad tem dito, e vou repetir. Muita gente tem orgulho de dizer que o Brasil está entre as dez maiores economias. Agora, ao mesmo tempo, a gente não consegue ficar em paz quando vê a nossa economia entre as mais desiguais. E um elemento da desigualdade é tributar pouco a alta renda. É imperativo que a gente exija mais dos mais ricos. Essa contribuição vai permitir ter, por exemplo, um SUS atuante em momentos de pandemia, policial, professor, assistente social minimamente bem remunerados. Parece-me um clamoroso absurdo dizer que essa tributação mínima dos mais ricos é injusta.

Taxar dividendos

Não estamos falando em tributação de dividendos, mas em tributar a alta renda. Pode ter uma pessoa de classe média, uma pessoa mais simples, que entrou lá no mercado de ação, está investindo e recebe o dividendo de uma empresa. Esse dividendo pago a quem não é super-rico não será tributado. Por isso que nossa proposta não se confunde com tributação de dividendo. Mas, se eu não mexo na isenção do dividendo, não pego o super-rico. De outro la-

“O trabalho no Ministério da Fazenda foi apresentar a melhor solução possível”

do, se eu só digo “vou tributar dividendo”, eu tributo todo o dividendo do País. O que estamos fazendo é dizer o seguinte: “Olha, não tem escapatória. Ganhou essa renda no País e é milionário, tem que contribuir com 10%”. Para garantir que isso seja efetivo, faço uma retenção na fonte de dividendo pago em alto valor no Brasil. Se uma empresa brasileira paga dividendo de mais de 50 mil reais, ela tem que reter 10%, para que a nossa proposta funcione. Quando o dividendo é pago para o exterior, e aí não importa se é para pessoa física ou jurídica, esse dividendo, e também não importa o valor, tem que ter tributação de 10% na fonte, sob pena de todo mundo sair do Brasil e querer receber o dividendo lá. Poderia ser uma prática da alta renda, que tem mais facilidade de se mobilizar em terri-

tórios diferentes do mundo, para burlar a regra brasileira. Com a retenção na fonte do dividendo pago acima de 50 mil reais no Brasil e pago para o exterior, a receita vai ter que devolver parte desse crédito no ajuste anual de imposto de renda.

Futuro no Congresso

Estou muito confiante de que a gente vai aprovar essa medida. A primeira coisa a ser feita é abrir um diálogo com o Congresso, esclarecer as dúvidas e pedir que os relatores desse tema sejam relatores que tenham liderança no Congresso, que conheçam minimamente do tema, sejam comprometidos com justiça social, não com qualquer coisa diferente disso, e que tenham experiência com o tema tributário. A relatoria é fundamental. O presidente Hugo (Motta) deu uma declaração nesses dias de que, assim que voltar do Japão com o presidente Lula, vai indicar quem será relator na Câmara e qual será a tramitação. Precisamos ter a medida aprovada antes de 1º de janeiro, aprovada ainda em 2025 para que valha em 2026.

Hugo Motta

O presidente da Câmara dos Deputados não faltou ao debate econômico que a gente fez no Congresso nesses dois anos. Vou lembrar algumas medidas: taxação dos fundos exclusivos, taxação de *offshore*, recomposição fiscal por empresa que recebe benefício no Estado. Ele nos ajudou em todos esses debates. Segunda coisa: no discurso (no dia da apresentação da lei), ele disse que tem compromisso com a responsabilidade fiscal. Se tem e está favorável à isenção dos 5 mil, é metade do caminho. Aí tem que discutir a compensação. O que vou dizer ao deputado Hugo Motta e aos líderes da Câmara é que o trabalho no Ministério da Fazenda foi apresentar a melhor solução possível. O nosso ponto é que a gente precisa buscar uma compensação se não exatamente nos termos que a gente mandou, ao menos nessa linha de contribuição dos mais ricos. •



Confiança. Motta, presidente da Câmara, está aberto ao diálogo, acredita Durigan



Fibra na concorrência

► O novo campo de disputa entre a Coca-Cola e a Pepsi

O mercado de refrigerantes enfrenta a estagnação. Em todo o mundo avolumam-se as críticas ao excesso de açúcar e seus impactos sobre a saúde, especialmente de crianças. Em vários momentos, os fabricantes buscam alternativas de negócios para reduzir os impactos negativos da onda saudável. Agora as apostas estão no segmento de prebióticos. Coca-Cola e Pepsi entram nesse segmento, ainda em fase inicial de expansão e, esperam, com alto potencial de crescimento.

Os produtos prebióticos possuem fibras não digeríveis que facilitam o trabalho do intestino. As fibras estão presentes no feijão, verduras, cereais integrais e muitos outros. E agora nas garrafas e latas de refrigerante. A marca Simply Pop, da Coca, estará em breve nas prateleiras e geladeiras norte-americanas. No Japão, a marca lançou há alguns anos a Coca-Cola Plus, com fibras e zero açúcar. O produto exibe resultados tímidos quando comparado com o tradicional.

Nos EUA, duas marcas fazem sucesso: Olipop e Poppi. Faturaram no último ano 817 milhões de dólares (cerca de 5 bilhões de reais), segundo dados divulgados pelo banco Goldman Sachs com base em um levantamento da Nielsen. Ao contrário de sua concorrente, a Pepsi investiu na aquisição da Poppi, comprada há alguns dias por 1,95 bilhão de dólares.

A entrada nesses mercados cria um di-

lema estratégico. Dizer que as marcas terão produtos saudáveis coloca em xeque os produtos atuais, base de seus negócios. Transforma-os imediatamente em produtos ruins para a saúde. Outro dilema constante é a opção entre os dois mercados em termos de posicionamento: lúcido ou lúdico. Os refrigerantes fazem parte do universo lúdico. Produtos saudáveis fazem parte do oposto, os argumentos são lúcidos. Espaços distintos.

O mercado de produtos voltados para a saúde tem potencial. Basta olhar para a quantidade de lançamentos com *why* presentes nas gôndolas. O erro é colocar os dois pés em canoas diferentes. Quer transformar o lúdico em lúcido. Imagine um hambúrguer com creatina. As cervejas sem glúten formam um nicho pequeno. O lúdico não quer pensar nos problemas. Quer indulgência e prazer. Um alimento lúcido pode ser tratado de maneira lúdica. Mas o contrário não tem apresentado bons resultados.

Azul no ar

A Azul iniciou ofensiva de marketing para reposicionar a imagem e coloca no ar nova campanha publicitária. A empresa aproveita a ação para mudar seu *slogan*, reforçando o nacionalismo, que passa de "O Céu é Azul" para "O Céu do Brasil é Azul". O jingle da campanha foi criado por Alceu Valença.

A tentativa é demonstrar enraizamento e capacidade para superar o ano de 2024, que terminou com um prejuízo de 8,2 bilhões de reais. Notícias de dificuldades financeiras em empresas sensíveis, como as aéreas, impactam os consumidores, que esperam, antes de tudo, bons serviços. Confiança gera negócios e reputação garante vendas. A campanha é obra pela Africa Creative.

Refresco na vodca

A Kraft dá um passo ousado em busca de novos segmentos e consumidores. Lança nos Estados Unidos sua primeira bebida alcoólica, a partir da marca de refrescos em pó zero açúcar Crystal Light. O produto em pó já tem quarenta anos e presença em todos os supermercados. Agora incorpora dois novos ingredientes: vodca e água com gás.

Os refrescos em pó oscilam entre a estagnação e a queda em volumes em todo o mundo. Uma marca forte como a Crystal Light não podia ser simplesmente descartada. A estratégia é buscar o rejuvenescimento, tentando surfar na onda de novos consumidores que preferem bebidas com menor teor alcoólico. A nova *hard seltzer* Crystal Light tem 3,8% de teor alcoólico contra uma média de 4,7% das cervejas.

A empresa vai utilizar sua capacidade logística e comercial para tentar garantir distribuição e vendas. Não é uma atividade simples. Marcas como Topo Chico (Coca-Cola), Mike's, Bud Light Seltzer, Smirnoff Seltzer e muitas outras, a maioria focada no mercado de bebidas alcoólicas, estão nas gôndolas há alguns anos. Não há previsão de lançamento no Brasil. Por aqui, o segmento tem sido testado. Nenhuma marca parece ter caído no gosto dos consumidores e as vendas ainda são um desafio.

Clique

A ABComm, Associação Brasileira de Comércio Eletrônico, estima que neste ano 94 milhões de brasileiros farão compras *online*. O total de negócios deve chegar a 224,7 bilhões de reais, crescimento de 10% sobre 2024. A previsão também é de aumento do *ticket* médio, que deverá chegar a 515,80 reais. ■

redacao@cartacapital.com.br

Trump e os capitais em movimento

SISTEMA MONETÁRIO Nas mídias, a enésima temporada da série sobre a construção do dólar como moeda reserva

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Exercendo suas peripécias peripatéticas, Donald Trump sugeriu a taxação dos movimentos de capitais. Controles de capitais são apresentados na visão liberal-dominante como uma apostasia que ameaça o sistema monetário-financeiro internacional.

A ideia de Trump está agasalhada nos escaninhos do Make America Great Again. Há tempos, os Estados Unidos padecem as dores de um imponente déficit na conta de comércio “financiada” por parrudos ingressos de capitais. Os capitais em movimento buscam os confortos dos mercados financeiros americanos salvaguardados pelos títulos públicos americanos denominados na moeda de reserva.

Trump e seus assessores vislumbram uma correção do déficit comercial ao promover uma desvalorização do dólar que, dizem eles, deve corrigir a perda de “competitividade” americana e conter a destruição dos empregos mais qualificadas na indústria de Tio Sam.

Aqui cabem divagações históricas a respeito das peripécias peripatéticas do dólar como moeda de reserva.

O sistema monetário internacional desenhado em Bretton Woods nos idos de 1944 almejava a constituição de um conjunto de regras destinado a prevenir a ins-

tabilidade que sacudiu a economia mundial nos anos 20 e 30 do século XX. As novas regras determinavam a conversibilidade da moeda de reserva à razão de 35 dólares por onça troy; adoção de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis; limitada mobilidade de capitais; cobertura de déficits em transações correntes atendida por uma instituição pública multilateral.

Câmbio e juros, nesse sistema, eram preços-âncora, cuja relativa estabilidade e previsibilidade eram vistas como essenciais para a formação das expectativas dos possuidores de riqueza envolvidos nas decisões de produção e investimento. Este “modo de regulação” tinha um duplo objetivo: construir um sistema monetário realmente internacional, favorável à expansão do comércio entre as nações e impedir que condicionantes ou choques ex-

Países como o Brasil promoveram a abertura financeira, funesta para os projetos de desenvolvimento

ternos passassem a comandar a política econômica doméstica, definindo a trajetória das economias nacionais.

Os controles cambiais eram prática corrente: as políticas monetárias e fiscais, bem como os sistemas financeiros nacionais, deveriam estar voltadas para a sustentação de taxas elevadas de crescimento econômico e para a maximização do bem-estar dos cidadãos. Essa etapa terminou em 1971 na decretação unilateral do fim da ancoragem do dólar no ouro à razão de 35 dólares por onça troy.

A estagflação dos anos 70 foi marcada por fortes instabilidades cambiais e monetárias. A continuada desvalorização do dólar foi acompanhada por taxas de inflação de dois dígitos nos Estados Unidos, assim como na Inglaterra e na Itália. O bom comportamento dos preços na Alemanha e no Japão valorizou o marco e o iene e suscitou a redução dos haveres em dólar na composição das reservas internacionais.

A partir de 1973, os regimes cambiais caminharam na direção de um sistema de taxas flutuantes. Tratava-se, diziam, de escapar das aporias da “trindade impossível”, ou seja, da convivência entre taxas fixas, mobilidade de capitais e autonomia da política monetária doméstica.

A elevação da taxa de juro deflagrada por Paul Volcker em 1979 deu impulso ao fortalecimento do dólar. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos e o FMI estimularam a liberalização financeira *urbi et orbi*. As palavras de ordem do novo consenso proclamavam as virtudes da abertura comercial, da liberalização das contas de capital, da desregulamentação e da “descompressão” dos sistemas financeiros domésticos.

Um após outro, os países de moeda não conversível alinhados aos Estados Unidos rezaram pela nova cartilha e promoveram a abertura financeira, com consequências indesejáveis para os projetos nacionais de desenvolvimento.



Dupla face. Bretton Woods visava prevenir instabilidades como a crise de 1930. A política do dólar forte foi o berço da expansão da China

No início dos anos 80 do século passado, eclodiu a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento – aquela que o sábio Walter Wriston, então presidente do Citi, garantia que não podia acontecer – foi deflagrada pela elevação dos juros, decidida por Paul Volcker em 1979. O FMI e o governo Reagan salvaram os credores de maior porte. Deixaram a quebradeira para a periferia imprudente. Não conseguiram, no entanto, evitar, em seu próprio quintal, a falência do banco Continental Illinois e de mais 43 bancos americanos.

Depois do choque de Paul Volcker, a valorização do dólar suscitou uma sucessão de acordos entre os Estados Unidos e países beneficiados por aumentos significativos de suas exportações. O Acordo do Louvre, firmado em 1985, destinado a mitigar a valorização do dólar e conter o avan-

ço das exportações japonesas, fez o País do Sol Nascente engolir a valorização do iene, a famosa *endaka*. A partir de então o Japão experimentou 15 anos de estagnação.

Ao mesmo tempo, as empresas manufatureiras americanas e, um tanto mais tarde, as europeias, se deslocaram para regiões onde o custo unitário da mão de obra é sensivelmente mais baixo. A China construiu sua expansão manufatureira nos regatos do dólar forte.

Os programas de crescimento da China estavam amparados na administração cuidadosa da taxa de câmbio, o que incitou a rápida criação de nova capacidade produtiva na indústria manufatureira, com ganhos de produtividade, acirrando a concorrência global entre os produtores de manufaturas.

As políticas de comércio exterior da China e dos emergentes asiáticos em processo de “perseguição” industrial combinam saldos comerciais alentados, acumulação de reservas e políticas de defesa do câmbio.

Na esteira da valorização do dólar os Estados Unidos, beneficiados pela capacidade de atração de seu mercado financeiro amplo e profundo, absorveram um volume de capitais externos muito superior aos déficits em conta corrente.

Pego licença para encerrar essas mal traçadas com a enumeração dos fatores que levaram a economia global ao estágio atual. Acaminhada geoeconômica foi comandada pelas relações entre quatro processos complementares: **1)** a liberalização financeira que, desde os anos 80, submeteu os países às peripécias da movimentação desimpedida do capital–dinheiro; **2)** o movimento da grande empresa manufatureira transnacional para ocupar espaços “competitivos”; **3)** a concentração do capital financeiro sob o comando dos oligopólios financeiros; **4)** as dificuldades dos países em desenvolvimento açoiados pelas instabilidades das taxas de câmbio. ■



O agente laranja

EUA O governo Trump persegue juízes, censura livros, pressiona universidades e tenta silenciar os críticos

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

O filme *Sem Saída*, lançado em 1987 e estrelado pelo galã Kevin Costner e pelo magistral Gene Hackman, é uma paródia dos romances de espionagem que povoaram as prateleiras das livrarias e a mente dos leitores no auge da Guerra Fria. Para encobrir um feminicídio, a personagem de Hackman inventa a teoria de que a amante teria sido assassinada por um espião russo enviado para desestabilizar o governo dos Estados Unidos. O escolhido para investigar a suposta rede de agentes comunistas é um insuspeito oficial da Marinha, um patriota interpretado por Costner. Ao fim e ao cabo, o marinheiro era, ele mesmo, um espião russo. Não só a tragédia se repete como farsa. A ficção também. Quase 40 anos depois do filme, a Casa Branca parece ter virado um “aparelho” de infiltrados dispostos a destruir o *american dream*. Donald Trump, o “Rasputin” Elon Musk e o resto da trupe *mambebe* não têm o charme de Costner ou o talento de Hackman, mas a ausência desses traços da personalidade vitais às estrelas de Hollywood é compensada por uma falta absoluta de escrúpulos e bom-senso. O perigo para os cidadãos norte-americanos não está em Pequim, a milhares de quilômetros. Ronda a esquina. Em menos de cem dias de mandato, Trump iniciou uma cruzada contra

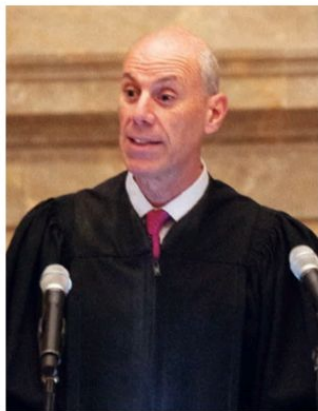
juízes que contestam suas decisões, chantageou universidades, censurou livros e investiu contra quem pensa diferente, tenha ou não nascido no país.

O toque de incompetência e despreparo só piora o ambiente. Na segunda-feira 24, o jornalista Jeffrey Goldberg, editor-chefe da prestigiosa revista *The Atlantic*, considerada, para os padrões dos EUA, uma publicação de esquerda, revelou que Michael Waltz, conselheiro de segurança nacional da Casa Branca, o incluiu sem perceberem um grupo “secreto” do Signal, aplicativo de mensagens semelhante ao WhatsApp. Goldberg se deleitou com o acesso aos planos de ataque ao Iêmen, com a infantilização dos participantes do grupo, que tratavam de temas sensíveis por meio de *emojis*, e com as críticas veladas de subordinados a Trump. Da turma constavam o vice-presidente JD Vance, o secretário de Defesa, Pete Hegseth, o secretário de Estado, Marco Rubio, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, e até um oficial da

CIA cuja identidade não foi revelada. Em um relato em primeira pessoa, o jornalista contou que tinha dúvidas de que o grupo fosse real, até ver as imagens dos bombardeios ao Iêmen exatamente nos termos descritos nas mensagens. “Não pude acreditar que a liderança da segurança nacional dos Estados Unidos se comunicasse no Signal sobre planos de guerra iminentes. Também não consegui acreditar que o conselheiro de segurança nacional do presidente seria tão imprudente a ponto de incluir o editor-chefe de *The Atlantic* em tais discussões com altos funcionários dos EUA, incluindo o vice-presidente.”

A minúcia do conteúdo publicado e a promessa de que muito mais está por vir caiu como uma bomba no Congresso. Na terça-feira, 25, parlamentares democratas defenderam a renúncia do secretário de defesa e do conselheiro de segurança nacional. Alguns integrantes do Partido Republicano, legenda do presidente, também solicitaram uma investigação, enquanto Trump tentou minimizar o amadorismo dos auxiliares. Em uma entrevista à rede de televisão NBC News, o magnata afirmou que Waltz aprendeu uma lição e era atacado injustamente. “Não acho que ele deva desculpar-se. Acho que ele está fazendo o melhor que pode. É um equipamento e uma tecnologia que não são perfeitos. E, provavelmente, ele não os

No fim, não são os comunistas a ameaçar os decantados “valores da América”



Cabeça a prêmio. O republicano incita sua base contra o magistrado James Boasberg, que ousou enfrentá-lo

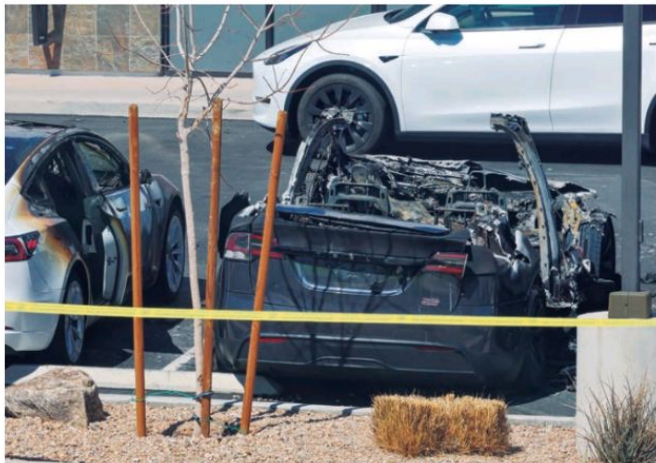
usará novamente. Ao menos não em um futuro muito próximo.”

O republicano está mais preocupado em enquadrar o Judiciário. O alvo do momento é o juiz James Boasberg, responsável por proibir o uso da Lei de Inimigos Estrangeiros, de 1798, para expulsar imigrantes. Na sua plataforma digital, a Truth Social, Trump clamou pelo *impeachment* do magistrado. “Este juiz, como muitos dos juizes corruptos aos quais sou convocado a comparecer, deveria ser impichado.” O ataque mexeu com os brios até da Suprema Corte, dominada por trumpistas. John Roberts, presidente do tribunal, veio a público para “doutinar” o ocupante da Casa Branca. “Está claro, ao longo de mais de dois séculos, que o *impeachment* (de um magistrado) não é uma resposta para discordâncias sobre uma decisão judicial. O processo normal de revisão de apelação existe para esse propósito”. Na sexta-feira 21, Boasberg manteve-se firme e adiantou a apuração para determinar se autoridades do governo violaram a decisão judicial ao enviarem a El Salvador supostos integrantes da gangue venezuelana El Tren de Aragua.

Repressão. Contra a onda de destruição de modelos da montadora Tesla, Trump ameaça prender os manifestantes

Boasberg não está sozinho. Patrícia Millett, juíza de um tribunal de apelações, afirmou que os nazistas tiveram mais direitos para contestar sua remoção do país durante a Segunda Guerra do que os venezuelanos deportados. A Casa Branca se recusa a fornecer informações à Justiça sob o pretexto de “privilégio de segredos de Estado”. Em paralelo, congressistas republicanos anunciaram uma investigação do juiz, nomeado por Barack Obama, e a proposição de uma lei para limitar o despacho de liminares, em um ataque direto às regras básicas do Estado de Direito. O “co-presidente” Musk, por sua vez, aguçou as milícias digitais contra a magistratura e gasta dinheiro (que tem de sobra) para eleger nas Cortes nomes alinhados ao novo pensamento dominante na Casa Branca. A exemplo do que havia feito na campanha presidencial do ano passado, o bilionário passou a oferecer 100 dólares a quem fizer petições contra “juízes ativistas que impõem as suas próprias visões”.

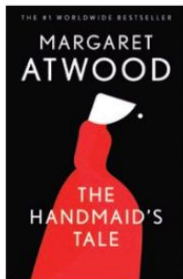
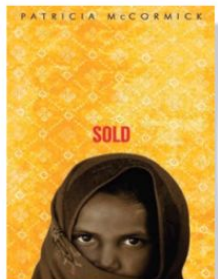
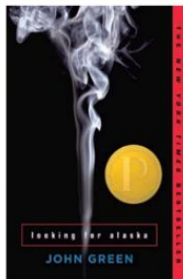
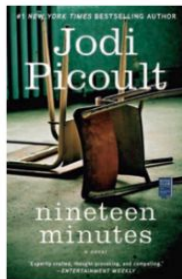
Teocracia? O número de livros retirados de escolas dos EUA é o maior desde o delírio macartista dos anos 1950. A censura tende a piorar nos próximos anos



Kyle Kopko, professor-adjunto de Ciência Política no Elizabethtown College, analisa a ânsia do governo Trump em minar a independência dos tribunais. Historicamente, diz, o Congresso sempre tem o pior índice de aprovação entre os eleitores. Em seguida vem o Executivo. O Judiciário geralmente é classificado como o mais respeitável dos três poderes. “Atacar juízes e ameaçar escritórios de advocacia faz parte de uma estratégia para ampliar o poder do presidente da República.” Segundo Kopko, há, no entanto, motivos para apostar que as Cortes não irão ceder facilmente à pressão da Casa Branca. “Nos Estados Unidos, os juízes federais têm proteções do artigo 3. A única maneira de se-

rem removidos é por meio do processo de *impeachment*. Eles também não podem ter seus poderes reduzidos e ocupam um cargo vitalício caso não cometam desvios.”

Aproteção aos magistrados não se estende a outros segmentos da sociedade. Nem mesmo as convenções diplomáticas garantem a integridade de quem está em território dos EUA. Que o diga o embaixador Ebrahim Rasool, da África do Sul, expulso por tecer críticas ao governo Trump. Ou Badar Khan Suri, pesquisador da Universidade de Georgetown de ascendência palestina, preso por protestar contra a limpeza étnica promovida por Israel em Gaza. Suri, informou a





porta-voz do Departamento de Segurança Interna, Tricia McLaughlin, terá o visto cancelado e será deportado por ter “conexões próximas com um terrorista conhecido ou suspeito, um conselheiro sênior do Hamas”. Junte-se a essas histórias a proibição da entrada de um cientista francês crítico do magnata, a ameaça de prender por 20 anos aqueles que destruírem carros da Tesla, montadora de Musk, como forma de protestos, e o anúncio de que serão barrados no aeroportos todos que fizeram comentários contra o presidente, integrantes do governo e ao país, por meio de palavras ou imagens.

O mundo tem se perguntado se as instituições norte-americanas irão resistir

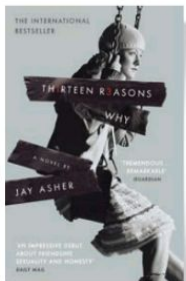
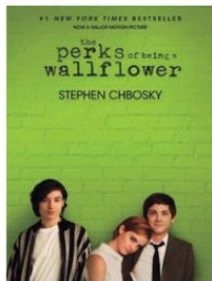
Enfraquecer o Judiciário visa ampliar o poder discricionário da Casa Branca

aos planos de destruição de Trump. Neste contexto, a decisão da Universidade Columbia, fundada em 1754, de ceder ao assédio é um mau sinal. Para ter de volta os 400 milhões de dólares cortados por Washington, a universidade aceitou dar aos seguranças do campus o poder para prender manifestantes, reformular o

Pessoa non grata. O embaixador da África do Sul foi expulso por tecer comentários críticos à Casa Branca

sistema de admissão e “supervisionar” o Departamento de Estudos do Oriente Médio, Sul da Ásia e África. A capitulação não garante, porém, se e quando o dinheiro público voltará a cair na conta da instituição.

Depois de anunciar o fim do Departamento de Educação, Trump também quer estabelecer um método de censura de livros. De acordo com a Pen America, organização não-governamental dedicada à proteção à liberdade de expressão nos Estados Unidos e no mundo, mais de 16 mil obras foram retiradas das bibliotecas de escolas públicas norte-americanas desde 2021, número que não se via desde o delírio macarthista dos anos 1950. A ordem executiva “Restaurando a liberdade de expressão e acabando com a censura federal”, assinada pelo republicano em 20 de janeiro é uma típica peça da novilíngua fascitoide: impõe o cerceamento em nome de combatê-lo. Lembra o golpe de 1964 no Brasil, quando os militares e as elites impingiram uma ditadura de 21 anos para “defender a democracia”. O despacho permitirá ao governo dos EUA vetar textos que usem, entre outras, as palavras “mulheres”, “feminino”, “minorias”, “historicamente”, “sub-representado” ou “socioeconômico”. Em nota oficial, a Pen America conclama os eleitores a pressionar os congressistas e impedir o “retrocesso”. “Não há ato de censura mais explícito do que literalmente proibir palavras. As ordens terão efeito claro assustador que irá muito além dos corredores do governo.” Neste caso, a decisão de Trump remete a outra obra de ficção, *Fahrenheit 451*, sobre um governo autoritário de uma sociedade distópica que queimava livros. Ah, e também às ensandecidas hostes nazistas nas ruas da Europa sitiada. ■



Falso brilhante

UCRÂNIA A suspensão de ataques à energia não é uma conquista de Trump, só uma regra da Convenção de Genebra

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

O acordo de cessar-fogo selado na terça-feira 25 em Riad, na Arábia Saudita, depois de três dias de negociações mediadas pelos Estados Unidos, parte de um compromisso ilegal: Ucrânia e Rússia prometem suspender os ataques à infraestrutura de energia elétrica que atende à população civil dos dois lados da fronteira.

O presidente norte-americano, Donald Trump, e seus assessores para política externa apresentaram os termos desse acordo como resultado de uma costura política hábil e sofisticada, na qual ucranianos e russos fariam uma grande concessão que poderia pavimentar o caminho para um acordo de paz no futuro. Poucos notam, no entanto, que o objeto central dessa barganha é, em si, um crime de guerra.

Os ataques dirigidos à infraestrutura de energia elétrica já são proibidos pelo Direito Internacional Humanitário, o conjunto de normas que regulam uma guerra. Rússia e Ucrânia vivem um conflito armado internacional desde a anexação russa da Crimeia, em 2014. Nesse contexto, a proteção dos civis e da infraestrutura não-militar, incluindo as usinas de energia elétrica, não passa de uma obrigação legal. “As partes em conflito deverão sempre distinguir entre a população civil e os combatentes e entre os bens civis e os objetivos militares e, consequentemente,

deverão direcionar suas operações apenas contra objetivos militares”, define o artigo 48 do Protocolo Adicional I de 1977 às Convenções de Genebra de 1949, ao qual tanto a Ucrânia quanto a Rússia aderiram.

Apesar da proibição expressa em lei, ataques a usinas de geração de energia elétrica têm sido recorrentes no conflito ucraniano. Em dezembro de 2024, forças russas lançaram mais de 70 mísseis e uma centena de drones contra estruturas de produção e de transmissão de energia elétrica, deixando milhares de ucranianos sem luz, aquecimento de água e calefação nas casas, durante um inverno sempre rigoroso. De acordo com o governo da Ucrânia, a Rússia executou 13 ataques massivos contra estruturas de energia do país em 2024.

Neste março, a Rússia culpou a Ucrânia por um ataque a uma estação de gás natural na cidade de Kursk. A localidade estava sob controle do exército ucraniano, que teria explodido a estação antes de se retirar. Kiev negou a acusação. A estação é emblemática, pois havia sido, até janeiro, um ponto de passagem do gás que a Rússia exportava para a Europa, antes dos embargos e sanções terem congelado as relações.

Essa escalada nos ataques à infraestrutura energética deveria ser encarada como um crime de guerra, passível de punição internacional dos envolvidos, mas acabou transformada por Trump num



À espreita. Putin não se mostra disposto a devolver o controle da usina nuclear de Zaporíjia, cobiçada pelos Estados Unidos. Tropas russas tomam conta da área





FREDRIK DAHL/IAEA E GAVRIIL GRIGOROV/AFP

item de negociação, como se as partes tivessem o direito de barganhar se que-rem ou não parar com essas ações ilegais que sacrificam milhares de civis.

Usinas nucleares, como a de Zaporijia, na Ucrânia, passam por problema semelhante: de acordo com as normas internacionais, usinas atômicas que geram energia para consumo civil, sem aplicação militar, deveriam ser sinalizadas e poupadas dos efeitos do conflito. A administração desses locais deveria ser sempre civil, sem a presença de forças ucranianas que pudessem justificar ataques russos. Zaporijia está, porém, sob ocupação de tropas russas desde fevereiro de 2022. Mesmo com o acordo patrocinado pelos EUA a definir a preservação da integridade das usinas de energia, a Rússia disse em comunicado que não pretende devolver o controle da unidade aos ucranianos durante a vigência do cessar-fogo.

Ataques a instalações nucleares constituem uma dupla violação às normas da

guerra: punem os civis, que ficam privados de uma energia vital, e ampliam o risco de liberação de material radioativo no ambiente, provocando mortes imediatas em larga escala e a contaminação dos recursos naturais da região afetada ao longo de anos. Não houve acidentes nucleares desse tipo durante o conflito, mas a ameaça é constante.

Segundo o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, os EUA querem tomar Zaporijia para si, incluindo essa, a maior usina nuclear de toda a Europa, como um dos itens de um acordo mais amplo de exploração de minerais imposto por Trump aos ucranianos a título de ressarcimento pela cooperação militar de Washington nos últimos três anos.

Depois de Zelensky ter revelado que a usina era cobijada pela administração Trump, a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, buscou desconversar. Disse que os EUA estavam recuando da ideia para privilegiar a obtenção de um

O objeto central da barganha é, em si, um crime de guerra

amplo cessar-fogo agora. Além do item sobre ataques a estruturas de energia, o acordo prevê a proibição do uso de embarcações civis para fins militares no Mar Negro, uma forma de tornar o fluxo comercial mais seguro, permitindo tanto à Ucrânia quanto à Rússia o uso desimpedido dessa rota comercial marítima fundamental para as exportações de suas *commodities*.

Antes do acordo, a Rússia tinha ameaçado destruir todas as embarcações comerciais da Ucrânia, o que constituiria mais um crime de guerra, na medida em que as ações militares só podem ser dirigidas contra alvos não-civis. Em resposta, os ucranianos passaram a usar drones marítimos não tripulados, que obrigaram a frota russa a se retirar do Mar Negro para evitar perdas custosas.

De acordo com o ministro da Defesa da Ucrânia, Rustem Umerov, o acordo selado agora prevê que os navios militares russos só poderão transitar na porção oriental do Mar Negro, que banha o litoral da Rússia. Entretanto, os russos mantêm uma base naval importante no território ucraniano da Crimeia, anexado há 11 anos por Moscou.

O acordo de cessar-fogo, reiterou a Casa Branca, prevê a “eliminação do uso da força no Mar Negro”, mas a Ucrânia considera que qualquer ataque de seus drones marítimos a embarcações russas na porção ocidental do Mar Negro constituirá “um exercício legal do direito de defesa”. O impasse revelado por essas declarações contraditórias só reforça o caráter precário sobre o qual se assenta o acordo mediado pelos EUA. ■

A serviço da revolução

ENTREVISTA Christian Laval se aventura pela ficção para inventar um Marx que foi viver com um povo originário dos EUA

A FABIO MASCARO QUERIDO

Não é de hoje que Christian Laval é um intelectual mundialmente renomado. Mas eis que o autor de dezenas de livros de sociologia e de história das ideias políticas, como o incontornável *A Nova Razão do Mundo* (Boitempo), escrito com Pierre Dardot, estreia, aos 70 anos, na ficção.

E não se trata de uma história qualquer. Em *Marx na América*, lançado recentemente pela editora Champ Vallon (463 págs., 24 euros), na França, ele imagina o que seria a última fase da vida do autor alemão, após a sua presumida morte, em 1883. Física e mentalmente cansado, tomado pela melancolia após uma vida dedicada à revolução que não veio, Marx resolve transmutar-se em etnólogo junto aos Senecas, povo originário do Estado de Nova York. Lá começa uma nova vida, com novos combates.

Quando encontrou *CartaCapital* para esta entrevista, realizada num café de Paris, Laval tinha acabado de sair da Biblioteca Nacional, onde trabalhava alguns dias da semana. Na conversa, ele nos falou desse Marx inesperado, tratou do significado desse desvio tardio pela ficção e,

como não poderia deixar de ser, abordou a atualidade desse “outro” Marx num contexto marcado pela ascensão global da extrema-direita.

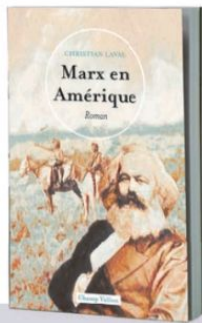
CartaCapital: Por que o senhor se aventurou na literatura neste momento de sua trajetória intelectual?

Christian Laval: Você usa uma palavra

da qual eu gosto muito: aventurar-se. São aventuras, no plural, a da escrita e a do personagem a quem empresto uma vida adicional, passada na América do Norte, junto a um dos povos iroqueses, os senecas. Sabemos que Marx nunca pisou no continente americano, embora estivesse muito interessado nos Estados Unidos na época da Guerra Civil. O ponto de partida da aventura em que o envolvimento é o fato de que ele era apaixonado pelos escritos do (antropólogo) Lewis Morgan sobre os iroqueses e outros povos “arcaicos”. Por que fazer um romance sobre isso? O romance é plástico, maleável e pode servir à verdade através da mentira. É um experimento de pensamento que mobiliza a imaginação e nos permite explorar o possível que não ocorreu. Fazer de Marx um personagem fictício nos permite expor sua transformação radical, física, intelectual e emocional – o que eu chamo de um “devir iroquês” de Marx.

CC: Não é difícil reconhecer, no romance, traços do sociólogo Christian Laval. Em que medida esse Marx inesperado se assemelha ao Marx de suas obras sociológicas?

CL: Acho que mudei muito enquanto escrevia este livro – embora menos que meu personagem. De certa forma, o leitor de Marx não pode deixar de pertencer a um momento histórico ou a um contexto intelectual e político. No romance, levo longe esse olhar retrospectivo sobre o personagem. Me diverti multiplicando as referências mais ou menos ocultas à antropologia pós-Morgan: Mauss, Lévi-Strauss, Viveiros de Castro e muitos outros habitam meu personagem, que, em sua investigação e em sua conversão aos costumes iroqueses, refaz grande parte do caminho da antropologia dos séculos XX e XXI. Há no romance uma constante preocupação “situacionista” com o desvio, o plágio, a paródia da narrativa etnográfica e suas formas de abordagem das sociedades in-



MARX EN AMÉRIQUE
(MARX NA AMÉRICA)

Christian Laval, Editora Champ Vallon
(463 págs., 24 euros)



dígenas. Levo um pouco mais longe a dimensão estritamente literária das ciências sociais, que Lévi-Strauss ampliou em *Tristes Trópicos*. No entanto, segui uma regra: meu personagem só tem à disposição o conhecimento sobre a sociedade iroquesa que ele havia reunido em sua época e que poderia ter lido. Em suma, coloquei-me no lugar do etnógrafo que ele poderia ter sido no fim do século XIX.

CC: Às vezes, Engels parece uma espécie de espelho evolucionista de Marx. Como o personagem Engels foi pensado?

CL: Todos os personagens são complexos, duplos, triplos ou quádruplos, como todos nós, e evoluem em direções opostas. Engels é o primeiro marxista, o fiel entre os fiéis. No romance, é o ponto fixo que evidencia as metamorfoses do meu personagem principal. Mas “meu Engels” tem uma outra face, a do amigo perturbado pela decisão de Marx de ir viver entre os iroqueses. Engels rejeita a mudança filosófica de Marx, permanecendo fiel às bases “clássicas” do marxismo, como o determinismo econômico e a centralidade da classe trabalhadora.

CC: Em alguns dos diálogos mais interessantes do livro, Marx reflete sobre a relação entre passado e futuro. Em que medida a dialética entre o que foi e o que virá permite entrever um Marx que se afasta de qualquer fetichização das forças produtivas?

CL: Existe toda uma tradição, há muito abandonada, de se ficcionalizar o pensamento filosófico. Isso era bastante comum no século XVIII. No romance, jogo muito com a filosofia e com a tradição romântica. O livro é repleto de referências à filosofia francesa. Deixo para o leitor identificar um pouco de Lacan aqui, um pouco de Sartre ali, um pouco de Foucault, Derrida ou Deleuze. O livro é uma espécie de caça ao tesouro. Mais especificamente, sua pergunta se refere ao desenvolvimento que me permito



Experimento. Sociólogo renomado, Laval estreia no romance aos 70 anos



fazer da observação de Marx, emprestada de Morgan, segundo a qual a sociedade futura, o socialismo, será um renascimento das comunidades “arcaicas” sob uma forma superior. Há vários diálogos que abordam esse tema. A ideia de um retorno necessário ao passado para avançar em direção ao futuro põe em questão o evolucionismo presente na ideia de progresso do século XIX. Esse não é um aspecto completamente inventado do pensamento de Marx.

CC: Qual a relevância atual desse Marx inesperado, que teve de “morrer” para “viver” novamente, e que luta pela defesa do comum ao lado de um povo indígena dos Estados Unidos?

CL: Esse Marx é um espectro entre os

fantasmas iroqueses. Tomo emprestada a metáfora espectral do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, que foi retomada em 1993 por Jacques Derrida no livro *Espectros de Marx*. Todos aqueles que eram dados como mortos, enterrados e desa-

“A literatura contemporânea não me parece estar à altura das ameaças que pesam sobre a vida das sociedades e dos seres vivos”

Invenções. No livro, Engels é o amigo que fica perturbado diante da guinada filosófica de Marx

parecidos devido ao capitalismo e à colonização acabam reaparecendo em novas formas, com novos nomes, com outras roupagens. Espero que o livro ajude a devolver-lhes essa presença perturbadora, que ameaça a ordem estabelecida. Há uma parte do livro chamada “a guerra não acabou”. As lutas contra o colonialismo, o imperialismo e o capitalismo não acabaram e talvez nunca tenham sido tão relevantes quanto neste momento em que vemos como o capitalismo, como Marx previu, devastou o mundo. É isso que meu personagem demonstra quando se torna um guerreiro vingativo. O encontro que imagino entre Marx e os iroqueses é também o encontro entre forças alternativas e de oposição muito diversas que podem formar – e formam, aliás – uma aliança contra o colonialismo e o capitalismo além das fronteiras.

CC: Qual o “poder da ficção”, conforme o subtítulo do seu primeiro livro, diante da ascensão da extrema-direita observado em vários lugares do mundo?

CL: Infelizmente, não vejo hoje na França muitos livros contemporâneos de ficção que me façam querer lutar por outro mundo. Observo o sucesso de uma literatura de direita, cínica ou nostálgica, e, principalmente, de uma literatura centrada na subjetividade infeliz, como se o livro fosse um divã e cada leitor um psicanalista em potencial. É uma literatura do eu sofredor, de sintomas. A literatura contemporânea não me parece estar à altura das ameaças que pesam sobre a vida das sociedades e dos seres vivos. Ela me parece anestesiada, adormecida, domesticada. Não ressoa com as lutas e experiências das pessoas comuns. Meu livro pretende estar “a serviço da revolução” e, poderíamos dizer, hoje mais que nunca, a serviço da vida e da liberdade. •

A vida de uma mulher comum

LIVRO A PROTAGONISTA DE *VERA* É UMA JOVEM PERIFÉRICA QUE TRABALHA EM UM BAIRRO DE CLASSE ALTA DE PORTO ALEGRE

POR ALYSSON OLIVEIRA



Faleró é morador da comunidade Vila do Sapo

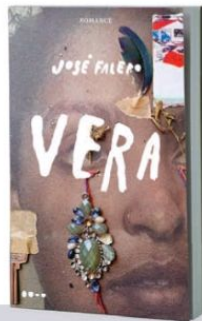
Em seu primeiro romance, *Os Supridores*, de 2020, o gaúcho José Faleró, de 38 anos, deu voz a um grupo de rapazes da periferia de Porto Alegre que vivia em um esquema ensandecido de tráfico de drogas. O resultado foi um livro ácido, divertido e crítico da precarização do trabalho e do sonho enganador do empreendedorismo.

Em seu novo romance, *Vera*, o escritor mantém o olhar voltado às relações entre centro e periferia. Mas, desta vez, dá a uma mulher o protagonismo – a personagem-título – que vive na Lomba do Pinheiro, mesmo bairro que serviu de cená-

rio a *Os Supridores*, e trabalha num prédio de classe alta, o que demanda, entre outras coisas, uma longa viagem de ônibus.

Por meio dela, Faleró investiga a dinâmica das mulheres periféricas numa sociedade marcada pela opressão e pelo feminicídio. Até aí, não haveria nada de novo não fosse a maneira como o livro parte do olhar do homem tentando compreender as aflições e medos dessas mulheres.

Por saber que seria complicado – e falso – assumir a narrativa feminina, o autor optou por enquadrar essa personagem a partir do ponto de vista do opressor. Com isso, acaba por abordar o machismo.



VERA

José Faleró. Todavia
(298 págs., 69,90 reais)

Numa prosa cortante, que transita entre o humor e o drama, e com uma linguagem viva e repleta de nuances, Faleró cria personagens bastante distintas entre si. Mas, todo o tempo, ele evita transformá-las em vítimas ou vilãs.

Ao autor parecem interessar menos as individualidades e mais o caldeirão sociocultural do presente e o passado que nos trouxe até aqui.

Ao mesmo tempo que carrega em si a urgência do presente, *Vera* acaba por ser uma reflexão a respeito dos caminhos que nos levaram à violência de gênero contra a mulher – e a crimes que seguem sem punição.

Vera é mãe, filha, irmã, amiga, empregada doméstica e dona de casa, e é, acima de tudo, uma mulher periférica consciente de sua posição e em busca de condições melhores para si mesma, seu filho pequeno, sua mãe, suas irmãs e para as amigas que encontra todos os dias nos ônibus.

Com um livro de crônicas, um de contos e dois romances, Faleró vai se cristalizando como uma voz marcante da literatura brasileira contemporânea. Vivendo na comunidade Vila do Sapo – que deu nome ao seu primeiro livro –, o autor aborda com sagacidade e ternura as vidas periféricas com as quais sua própria vida se cruzou. ■

Eric Clapton, 80

MÚSICA A biografia do artista britânico inclui muitas polêmicas e crises, mas carrega uma marca inabalável: a de ser um dos maiores guitarristas de todos os tempos

POR AUGUSTO DINIZ

Já no início da carreira, nos anos 1960, Eric Clapton era reconhecido como um grande guitarrista. Sua habilidade em fazer solos nas bandas pelas quais passou – The Yardbirds e Cream, entre elas – impressionava pela leveza e controle das cordas. Essa foi uma época caracterizada, na Inglaterra, pelo surgimento de virtuosos no instrumento, como Jimmy Page, que em 1968 criaria o Led Zeppelin, e Jeff Beck (1944–2023).

Mas era Jimi Hendrix quem inspirava aquele jovem músico nascido em Ripley, pequena cidade no entorno de Londres. Ambos construíram uma profunda amizade, e a morte prematura do guitarrista americano, aos 27 anos, em 1970, após overdose de barbitúricos, deixou Clapton aturdido. Poucas semanas depois, ele gravaria a clássica *Little Wing*, de Hendrix, no mesmo álbum em que registrou a sua música mais popular: *Layla*.

O disco *Layla and Other Assorted Love Songs* (1970) foi gravado pela Derek and the Dominos, banda liderada por Eric Clapton. A canção-título aborda a paixão desmedida de um homem por uma mulher e é o pano de fundo da primeira grande polêmica na qual o cantor se envolveu.

A mulher tematizada em versos era Pattie Boyd, então casada com um grande

amigo de Clapton: o Beatle George Harrison (1943–2001), também considerado um dos grandes guitarristas da história. Clapton e Pattie casaram em 1979. A regravação de *I Shot the Sheriff*, de Bob Marley, em 1974, foi outro estrondoso sucesso de Eric Clapton. Dois anos depois, ele entrou em outra grande polêmica.

Em um show em Birmingham, em 1976, o cantor e compositor protestou contra a imigração de negros na Inglaterra, exaltando um conhecido político anti-imigração da época, o conservador Enock Powell.

A fala de Clapton foi combustível para a criação do movimento Rock Against Racism, que tinha a lendária banda inglesa The Clash como uma das defensoras. Em 2017, durante o lançamento do documentário sobre sua vi-

da, *Eric Clapton: uma Vida em 12 Compassos*, ele reconheceu ter sido racista.

Em 1977, veio outro hit: *Cocaine*, do álbum *Slowhand*, que retrata as consequências do vício em drogas. Na década seguinte, ele travaria uma batalha pessoal contra a dependência – também em álcool –, chegando a internar-se, por vontade própria, para tratar o problema. Anos depois, o artista fundou um centro de reabilitação, o Crossroads Centre, na Antígua, no Caribe.

No fim dos anos 1980, Clapton voltou a vida intensa de shows, e o álbum *Journeyman* (1989) representou o retorno à boa forma musical. Não demoraria, no entanto, para que outro drama recaísse sobre ele. Em março de 1991, seu filho Conor, de 4 anos, caiu da janela do 53º andar de um apartamento, em Nova York, enquanto visita do pai. A dor da perda foi expressada na canção *Tears in Heaven*, no álbum *Unplugged* (1992), um clássico da década de 1990.

Pouco antes da tragédia, Eric Clapton fizera 24 apresentações, ao longo de várias semanas, no Royal Albert Hall, a icônica casa de espetáculos em Londres. Alguns dos shows tiveram participação dos guitarristas Buddy Guy, Albert Collins (1932–1993) e Robert Cray, além do pianista Johnnie Johnson (1924–2005), lendas negras do blues.

O registro audiovisual desse histórico encontro foi lançado em 2023 no álbum *The Definitive 24 Nights* e reforça a figura de Clapton como um extraordinário bluesman, além de um adepto da música afro-americana.

Após as antológicas apresentações de 1991, Eric Clapton lançou uma série de discos de blues, como *From the Cradle* (1994), *Blues* (1999), *Riding with the King* (2000), com B.B. King, *Me and Mr. Johnson* (2004), sobre a obra do lendário Robert Johnson, e *Play de Blues: Live from Jazz at Lincoln Center* (2011), com Wynton Marsalis.

Alguns de seus melhores discos são aqueles dedicados ao blues, gênero com o qual se identifica desde o início da carreira



Eric Clapton sempre quis ser reconhecido como músico de blues, o gênero musical criado a partir da diáspora africana para os Estados Unidos. No início da carreira, foi um defensor do blues-rock nas bandas em que tocou, e isso chegou a gerar divergências entre ele e seus companheiros, como no grupo *The Yardbirds*.

Mas as controvérsias seriam, no fim, uma constante em seu percurso – e não apenas por motivos musicais e artísticos. Em 2020, ele teve uma postura negacionista e chegou a apresentar uma canção, em parceria com Van Morrison,

Parcerias. Em 2023 e 2024, Clapton fez turnês pelo mundo. Ao longo da carreira, tocou com outros grandes, como B.B. King e Jimi Hendrix

Stand and Deliver, contra o isolamento.

Desde 2023, tem se posicionado a favor dos palestinos no conflito com Israel. Nas apresentações feitas no Brasil, no ano passado, ele tocou uma guitarra pintada com uma bandeira da Palestina.

Seu último álbum solo, *Meanwhile* (2024), foi lançado pouco depois da série de shows feitas no País.

Eric Clapton nasceu em 30 de março de 1945. Foi criado pelos avós e, quatro anos antes de adquirir seu primeiro violão, em 1958, descobriu que sua mãe tinha sido apresentada a ele como irmã. Ela havia engravidado dele após um breve caso com um canadense e tinha receio que a maternidade inesperada pudesse gerar problemas à sua vida na pequena cidade de Ripley.

O músico completa 80 anos na sexta-feira 30 com uma biografia que pode incluir muitas polêmicas e crises, mas que carrega uma marca que nada abala: a de ser um dos maiores guitarristas de todos os tempos. •

O longa-metragem
foi dirigido por
Érico Rassi



Ferrugem, poeira e choro de corno

CINEMA *Oeste Outra Vez*, passado no sertão de Goiás, conta uma história sobre a fragilidade dos homens brutos

POR SEBASTIÃO MOURA

Em *Oeste Outra Vez*, dirigido por Érico Rassi, a paisagem do sertão de Goiás contextualiza muito do que se pode saber sobre os personagens antes que eles abram a boca.

Na tela, sob uma iluminação naturalista, estão objetos familiares a qualquer um que tenha pisado em uma cidade do interior dos territórios tropicais e semiáridos brasileiros: tomadas velhas, cortinas de pano – fazendo as vezes de portas –, cachaça no copo americano sobre a mesa de sinuca, mesa de madeira vazia,

bar com paredes cobertas de revisitas, tipografia vernacular, engradado de Brahma e muita ferrugem e poeira.

“Uma das maneiras de compensar um baixo orçamento é pesquisar as melhores locações possíveis e saber usá-las de forma a valorizar o filme”, diz o diretor, que nasceu no interior de Goiás e estreou no longa-metragem com *Comeback* (2017). “A orientação para a direção de arte foi interferir o mínimo possível nas locações e tentar aproveitar a riqueza visual do interior, pouco retratada na nossa cinematografia.”

Oeste Outra Vez é um filme “de

macho”. Na primeira sequência, a única mulher que vemos na tela desaparece em direção ao horizonte, enquanto o protagonista e seu rival saem no soco “por ela”. Essa figura feminina é uma imagem sem rosto, sem voz e sem ação. Ela é apresentada da maneira como o protagonista, um homem que sabe muito de amor, mas nada de amar, a enxerga.

Todos os personagens matam outros homens e tentam controlar mulheres. Mas o pulo do gato é que os diálogos, marcados por um ritmo poético hipnotizante, trazem um subtexto latente que indica haver alguma civilidade nessa vida de banguê-banguê.

“Gosto de usar os diálogos como elementos de linguagem. O roteiro é super-rígido, e é pensado a partir de uma métrica específica para criar uma partitura para os atores”, diz Rassi. “As nuances do diálogo servem para transmitir o comportamento desses homens que são ao mesmo tempo violentos e frágeis, incapazes de falar dos seus sentimentos. Eles repetem palavras sem chegar ao que de fato querem dizer.”

Rassi conta que, embora nos diálogos não seja afeito a improvisações, deu liberdade para que os atores (Ângelo An-



tônio, Babu Santana, Rodger Rogério, Daniel Porpino, Tuanny Araújo, Antônio Pitanga) participassem da construção dos personagens a partir de outros elementos, como figurino e cenografia.

O mundo do filme é aquele em qual os sujeitos assassinam, a sangue-frio, o namorado da ex-esposa de um deles, mas que perguntam ao colega de quarto se podem acordá-lo no meio da noite para conversar sobre os sentimentos despertados por essa situação. Ou seja, sob os comportamentos ancestrais de violência, há vislumbres de que, no fundo, não precisaria ser necessariamente assim.

Oeste Outra Vez recebeu os prêmios de melhor filme, melhor fotografia e melhor ator coadjuvante no Festival de Gramado e estreou nos cinemas brasileiros na quinta-feira 27.

Rassi sabe das dificuldades de se chegar a um público mais amplo, mas tem boas expectativas: “O desafio sempre é furar a bolha cinéfila e chegar no espectador médio. Mas estamos otimistas e esperamos que as críticas positivas, premiações e a atenção que o cinema nacional tem recebido por causa de *Ainda Estou Aqui* ajudem o filme a ter um alcance maior”. ■

FICÇÃO SOBRE SI

Câncer com Ascendente em Virgem tem como ponto de partida uma história vivida pela própria produtora do filme

POR ANA PAULA SOUSA

Dentre as várias habilidades de um produtor de cinema costuma estar a de farejar, a partir de um livro existente, um filme possível.

Pois no caso de *Câncer com Ascendente em Virgem*, que estreia na quinta-feira 27 nas salas do País, a origem do projeto está em textos escritos pela própria produtora do filme, Clélia Bessa.

O ponto de partida para o longa-metragem foi o blog *Estou com Câncer, e daí?*, escrito em 2008, quando Clélia passava pelo tratamento de um câncer de mama.

Esses textos foram transformados em um livro homônimo, lançado este mês pela editora Cobogó (168 págs., 59 reais), e serviram de base para o roteiro do longa-metragem.

Na ficção, a produtora de filmes como *Pluft* (2022), *Desenrola* (2007) e *Cartola: Música para os Olhos* (2007) foi transformada em Clara, vivida por Zuzana Pires.

A personagem é uma

professora de Matemática que, além de trabalhar na sala de aula, tem um canal no YouTube no qual prepara os estudantes para o ENEM.

Mas, assim como a autora do livro, Clara tem uma filha adolescente (papéis de Nathália Costa e

uma mãe (vivida por Marieta Severo) que, ao longo do tratamento, formarão com ela um trio imbatível.

Dirigido por Rosane Svartman, que trabalhou com Clélia em vários outros projetos, como *Pluft* e *Desenrola*, o filme tem o tom agridoce do livro.

É entre a praticidade, o pânico, a tristeza e um incontornável bom humor que a protagonista atravessa essa jornada que, no cinema (como na vida), promete ser de final feliz.

As atrizes Nathália Costa, Zuzana Pires e Marieta Severo interpretam os papéis da história contada no livro de Clélia Bessa



AFONSHINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Derrota doída

► Apesar do naufrágio da semana, contra a Argentina, não há motivo para desespero. A Seleção Brasileira deve classificar-se para a Copa, e o pior já passou

Emboa tenha sido marcante a derrota da Seleção Brasileira para a Argentina, por 4x1, na terça-feira 25, no Monumental de Núñez, em Buenos Aires, este não é momento para medidas intempestivas.

É, pelo contrário, hora de aqueles que têm a responsabilidade de escolher os caminhos mostrarem sua capacidade para fazer as escolhas certas.

Antes de tudo, é necessário analisar as condições em que esse clássico tradicional se realizou.

A diferença da situação das duas equipes para entrar em campo pela 14ª rodada das eliminatórias para a Copa do Mundo de 2026 foi abissal.

A seleção argentina, atual campeã do mundo, é um time montado e amadurecido há muito tempo.

Já a Seleção Brasileira, infelizmente, não conseguiu firmar um elenco definido – ao menos 70% dos jogadores têm variado. A definição de uma equipe, em um trabalho coletivo, é fundamental.

Num jogo dessa magnitude, nossa Seleção foi obrigada, por vários motivos – suspensões, condições físicas e opções do técnico – a entrar em campo sem a consistência esperada.

E tudo isso no estádio do adversário, que soube aproveitar essas condições.

Como se não bastassem esses fatores, o ambiente do jogo acabou sendo contaminado por uma declaração infeliz de um dos jogadores, que seria um dos maiores trunfos da Seleção Brasileira, o brilhante Raphinha, do Barcelona, cotado para ser eleito o melhor jogador da temporada europeia.

Ele disse que a Seleção Brasileira ia meter “porrada” nos argentinos.

Com essa declaração, Raphinha, que deveria ser um exemplo de confiança e motivação para o time, acabou, gerando uma repercussão negativa.

Outro ponto importante é que, apesar da ausência de nossos dois maiores jogadores, Messi pela Argentina e Neymar pelo Brasil, contamos com Vinícius Júnior, considerado o melhor do mundo no FIFA The Best 2024.

Quando as equipes entraram em campo, parecia mais fácil cantar a escalção dos argentinos do que a nossa.

Sabíamos de antemão que, independente da tradição e do aguerrimento desse clássico sul-americano, a distância de entrosamento entre as duas equipes seria grande.

A partir daí, podemos começar a analisar o jogo.

Seria lógico, diante desses e outros detalhes, que o time adversário – ainda mais jogando em casa – pressionasse ao máximo. E foi o que aconteceu.

O primeiro impacto negativo foi termos levado dois gols em 12 minutos. A partir daí, o jogo virou outro. E a situação se tornou alarmante.

No entanto, num golpe de sorte, com uma infelicidade do excelente zagueiro Romero e mérito do aguerrido atacante Matheus Cunha, o Brasil conseguiu marcar um gol que poderia, sim, criar a chance de uma reviravolta.

A partir desse momento, outra par-

ticuliaridade grave ficou evidente: a ausência de liderança na Seleção Brasileira.

Faltou na partida um jogador capaz de puxar a mudança no estado psicológico do time que a ocasião exigia. Com a fragilidade instalada, outro gol da Argentina, ainda no primeiro tempo, liquidou as chances de uma virada.

Diante desse desastre, a aflição tomou conta também de grande parte dos narradores e comentaristas, que insistiram, com razão, na superioridade absoluta do meio-campo adversário.

No intervalo, Dorival Jr. fez as alterações que mostraram seu plano de jogo inicial, colocando mais um volante de contenção para fechar a defesa e retirando Rodrygo, outro craque em grande momento no seu clube, mas que não tinha condições de exercer a ligação do ataque, já que a bola não chegava até ele.

Com isso, a falta de um armador clássico para alimentar Endrick, que entrou como centroavante, ficou ainda mais evidente. Foi o buraco deixado por Gerson, substituído por Scaloni, que evidenciou o domínio que tem em seu elenco.

Veio, então, o quarto gol da Argentina, na primeira bola tocada por Simeone, substituído por Scaloni, que evidenciou o domínio que tem em seu elenco.

Nesse momento, a vitória argentina foi sedimentada, e um clima de pessimismo tomou o lado brasileiro.

Apesar do naufrágio da semana, não há motivo para desespero. O Brasil deve classificar-se e, embora tenha terminado esta data FIFA em quarto lugar, o pior já passou.

Dorival Jr., de forma honesta, insiste que o time está em formação e que avisou que teria atuações irregulares.

Foi, sem dúvida, uma derrota sentida em profundidade, mas precisamos agora de equilíbrio e não de cabeça baixa. ■

redacao@cartacapital.com.br

ARTHUR CHIORO

Médico sanitário e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MEC)



Um novo ciclo

► A gestão de Nísia Trindade deixou um legado robusto na saúde pública. Agora, Alexandre Padilha assume o desafio de avançar ainda mais no fortalecimento do SUS

A nomeação de Nísia Trindade como ministra da Saúde em janeiro de 2023 não foi apenas histórica por ela ser a primeira mulher a ocupar o cargo. Foi, sobretudo, estratégica. Em um país combatido pela pandemia de Covid-19 e por graves desmontes na política de saúde, sua escolha simbolizou um resgate da ciência, da competência técnica e do compromisso com o SUS.

Nísia assumiu o ministério em um cenário devastador. Havia queda na cobertura vacinal; desabastecimento de insumos; paralisação de obras; fragilização da atenção básica e de outras políticas estratégicas; e diminuição da capacidade de coordenação do SUS e de dar respostas a emergências sanitárias.

Em pouco mais de dois anos, ela reverteu esse quadro com medidas estruturantes, muitas vezes silenciosas, mas de profundo impacto.

Entre as ações mais notáveis está a reconstrução do Programa Nacional de Imunizações (PNI), com a retomada da confiança nas vacinas e nas campanhas. A vacinação voltou a ser prioridade de Estado e as coberturas reagiram positivamente.

A ministra também liderou a reintegração do Brasil ao cenário internacional da saúde, recuperando a imagem do país

junto à OMS e demais organismos multilaterais. Promoveu a revalorização do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Tripartite e garantiu a participação social como eixo estruturante da gestão.

No campo da infraestrutura, retomou mais de mil obras paralisadas, incluindo UBS, UPA e maternidades. Reativou e aperfeiçoou o Mais Médicos, retomou políticas para o Complexo Econômico Industrial da Saúde e apostou na transformação digital.

Com o novo PAC da saúde, Nísia garantiu 8,9 bilhões de reais em investimentos, com destaque para a expansão da rede do SUS e a produção nacional de medicamentos, vacinas e equipamentos estratégicos — passo fundamental para reduzir a dependência do Brasil em insumos críticos.

Também se destacou na defesa de políticas de saúde pública corajosas, como a inclusão dos ultraprocessados e refrigerantes no imposto seletivo, em sintonia com experiências internacionais de combate à obesidade e doenças crônicas. A aprovação da taxa, apesar das pressões da indústria, simboliza a força de um projeto comprometido com o bem-estar da população.

Ao entregar o cargo, Nísia deixa o SUS mais fortalecido, com mais investimentos e maior integração entre União, estados e municípios. E, talvez o mais importante, com a saúde pública de volta ao centro do debate político e social.

Agora, cabe a Alexandre Padilha dar continuidade a esse trabalho. Médico infectologista, ex-ministro da Saúde, ex-secretário de Saúde de São Paulo e profundo conhecedor das engrenagens do SUS, Padilha retorna ao ministério em um momento decisivo.

Seu principal desafio, por ele mesmo indicado como uma “obsessão”, será a implementação da Política Nacional de

Atenção Especializada, iniciada pela antecessora, garantindo mais acesso e a diminuição do tempo de espera para cirurgias, consultas e exames especializados.

Para tanto, será fundamental combinar oferta qualificada de serviços, mudança no modelo de remuneração, pactuação federativa, saúde digital e valorização da atenção primária.

Outro ponto crucial é a redução das iniquidades regionais. Ampliar o acesso, em especial da atenção especializada em regiões historicamente negligenciadas, deve ser prioridade, garantindo o diagnóstico e tratamento do câncer e o cuidado à saúde mental, por exemplo.

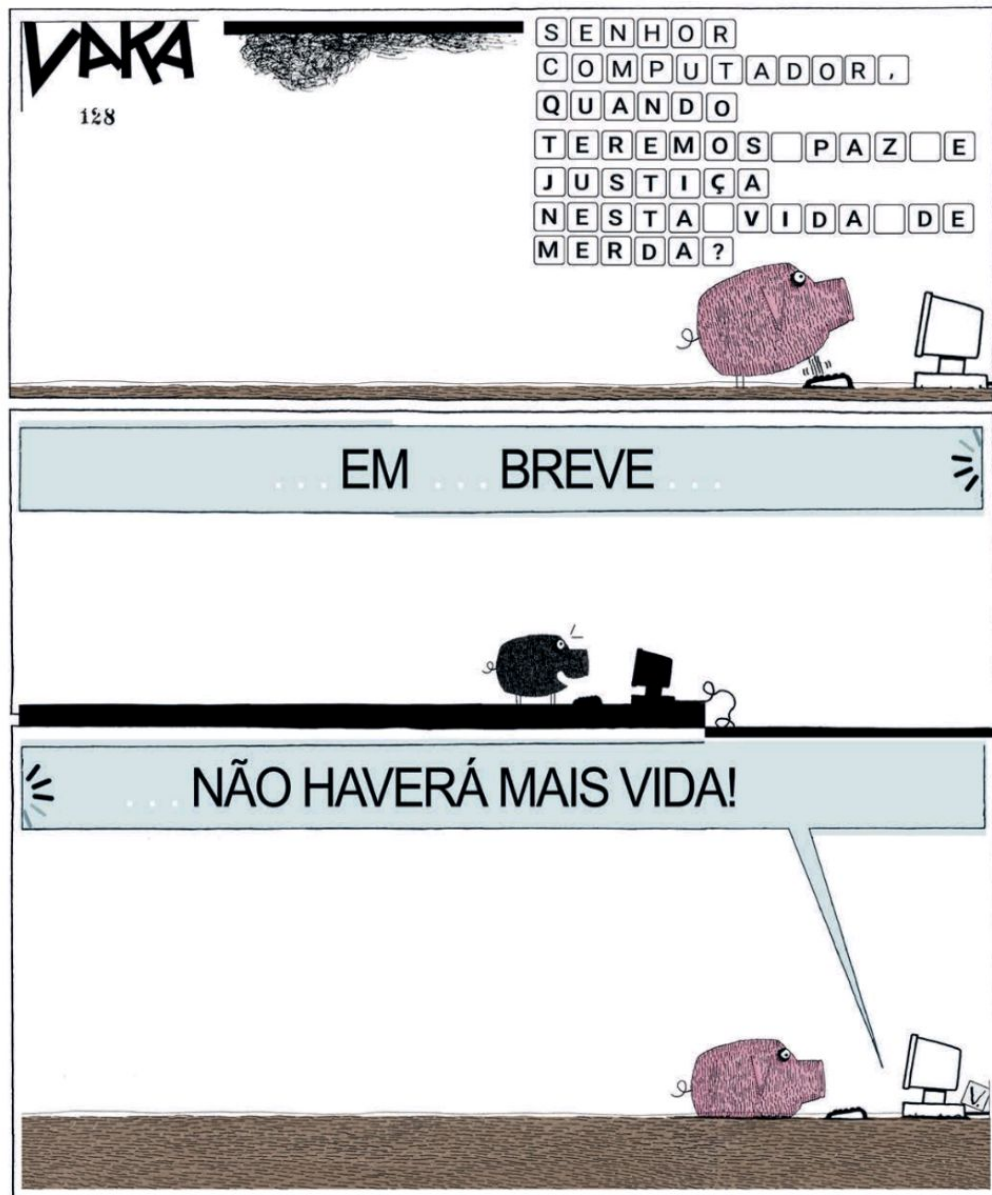
A consolidação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde será essencial para garantir soberania nacional na produção de medicamentos, vacinas e insumos. A indução à produção local, por meio do poder de compra do SUS, precisa ser acelerada e institucionalizada como política de Estado.

Além disso, será necessário avançar na regulação dos planos de saúde, garantindo integralidade do cuidado e a defesa dos direitos dos usuários.

Padilha também encontrará o desafio permanente da comunicação em saúde. Em tempos de desinformação e negacionismo, é fundamental que o ministério atue com transparência, clareza e capacidade de mobilização social.

O SUS é o maior patrimônio social do povo brasileiro. Sua existência é garantia de dignidade, equidade e cidadania. Com Nísia Trindade, ele voltou a ser prioridade. Com Alexandre Padilha, dará novos saltos.

Desejo boas-vindas ao novo ministro com a certeza de que, com diálogo, competência e compromisso com a defesa da vida, seguiremos avançando na construção de um SUS cada vez mais justo e eficiente. • redacao@cartacapital.com.br



EXISTEM INÚMEROS
MOTIVOS PARA LER

CartaCapital

VAMOS FALAR DE

30

MILHÕES DELES

30 milhões de impactos mensais

Esse é o alcance dos conteúdos da **CartaCapital** em todas as plataformas. No site, são **20 milhões** de acessos por mês, com mais de **5 milhões** de leitores únicos. Na revista impressa, nas redes sociais, nos e-mails, newsletters e eventos transmitidos no YouTube, alcançamos mais de **10 milhões** de pessoas. **CartaCapital** é a maior referência progressista em jornalismo do Brasil.

ACESSE NOSSOS CANAIS.
TUDO O QUE IMPORTA ESTÁ AQUI.

CartaCapital



Papel planta ÁRVORES

Todos os dias, no Brasil, são plantadas 1,5 milhão de árvores para a fabricação de celulose e de papel.

Boa notícia para os consumidores que preferem ler jornais, revistas e livros impressos. Depois de ler, compartilhe e recicle!



Saiba mais



lovepaper.org.br

Fundada em 2008, Two Sides é uma iniciativa global, sem fins lucrativos, que divulga os atributos únicos, sustentáveis e atraentes do papel e das embalagens de papel, bem como esclarece equívocos comuns sobre seus impactos ambientais. Two Sides é uma colaboração de empresas de celulose, papel, embalagens, gráficas, editoras, jornais e revistas e opera na Europa, América do Norte e do Sul, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Papel, cartão e papelão são recicláveis biodegradáveis e provêm de florestas cultivadas.

Papel, cartão e
papelão: uma ótima
história ambiental
para contar



twosides.org.br